



Projeto 2003.66658



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO Nº: 201600012

UCI: SFC/DR/CGAMB - Coordenação-Geral de Auditoria da Área do Meio Ambiente

EXERCÍCIO: 2015

UNIDADE AUDITADA: Serviço Florestal Brasileiro - SFB

CIDADE: Brasília

UF: DF

RELATÓRIO DE AUDITORIA

I – INTRODUÇÃO

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 201600012, e consoante o estabelecido na Seção VII do Capítulo VII da Instrução Normativa SFC nº 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames, relativos ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, realizados na gestão do Projeto “Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia – BMZ 2003 66 658”, firmado mediante Contrato de Contribuição Financeira e de Execução, em 16/12/2011, e Acordo em Separado, entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e o Banco alemão KfW Bankengruppe, com base no Acordo de Cooperação Financeira Oficial, assinado em 14/05/2008, entre o Governo da República da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 700, de 07/10/2009, e por Decreto Presidencial.

De forma geral o Projeto consiste em ações para a implementação da “Política Nacional de Gestão Florestal”, conforme Lei de Gestão das Florestas Públicas (Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006).

II – ESCOPO DO TRABALHO



Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Unidade Executora e da Co-Executora, em Brasília - DF, no período de 14/03/2016 a 15/05/2016, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, as quais são compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA), aprovadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), tendo como objetivo verificar:

- a) a execução do Projeto em confronto com as metas estabelecidas no plano de trabalho;
- b) a adequabilidade dos controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos mantidos pela coordenação do projeto;
- c) o cumprimento, pelo mutuário, das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial;
- d) de forma integrada, a conformidade dos processos de licitação/seleção com as políticas do Banco e da legislação nacional aplicável, a adequabilidade dos pagamentos realizados e das solicitações de desembolso apresentadas ao Banco; e
- e) a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto.

Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, tendo sido prestadas todas as informações e explicações solicitadas. Os critérios de seleção e a representatividade das amostras de gastos que foram aplicados pela equipe estão a seguir indicados:

- Diárias e Passagens: foram gastos € 60.171,08 com diárias e passagens, o que representa cerca de doze por cento dos gastos totais do Projeto em 2015. Foram solicitados para análise quatro processos de diárias, selecionados aleatoriamente, no valor total de € 1.116,85, o que representa aproximadamente dois por cento desse tipo de gasto.
- Aquisição de Bens, Obras e Serviços: foram realizadas análises sobre quatro processos de aquisições, selecionados pelos critérios de materialidade, equivalendo a aproximadamente 45% das contratações do período, perfazendo o montante total de € 196.540,21.
- Contratação de Serviços de Consultoria: ao longo do exercício de 2015 não houve contratação de consultoria.
- Gerenciamento de Bens Patrimoniais: no exercício de 2015 foram adquiridos dois veículos para utilização em Florestas Nacionais - Flonas, no valor de € 50.928,28 que foram objeto de análise.
- Comprovante de Gastos: durante o exercício de 2015 foram declarados gastos no valor de € 489.950,53, equivalente a R\$ 1.959.019,62, referente a despesas no âmbito dos Componentes 1, 2, 3, 4, e 6. A nossa amostra representou aproximadamente quarenta por cento do valor declarado no exercício de 2015.



O Projeto não prevê a descentralização de recursos. Além disso, não ficaram pendentes de atendimento recomendações da CGU de exercícios anteriores, razão pela qual esses dois assuntos não serão abordados neste Relatório.

Foi dado conhecimento formal dos resultados do presente trabalho de auditoria à direção do Projeto, cuja manifestação foi incorporada ao presente Relatório de Auditoria.

III – RESULTADO DOS EXAMES

1 RECURSOS EXTERNOS

1.1 OUTROS AGENTES FINANCIADORES

1.1.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Resultados apresentados pelo Projeto.

Fato

O Projeto “Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia – BMZ 2003 66 658” tem como objetivo a promoção da gestão de florestas nacionais e o fomento do uso sustentável dos recursos florestais no Distrito Florestal Sustentável da BR – 163 e na Região Purus-Madeira. A finalidade do Projeto é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e a conservação das florestas da Amazônia Legal. Para tanto foi estimado um custo total de €36,4 milhões, sendo de até €15 milhões a contribuição a título de doação proveniente do KfW.

O Projeto iniciou suas atividades em janeiro de 2013 com duração inicialmente estimada de quatro anos. Entretanto, considerando a baixa execução do projeto até o momento e a consultoria de apoio à gestão do Projeto somente ter iniciado suas atividades em agosto de 2014, está sendo negociada a sua prorrogação até agosto de 2018.

O órgão executor do Projeto é o Serviço Florestal Brasileiro – SFB e o co-executor, o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Em relação às Unidades responsáveis, os seis componentes previstos no Acordo estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro – Componentes do projeto

COMPONENTES DO PROJETO	Unidade Responsável
Componente 1 – Fortalecimento Institucional do SFB	SFB
Componente 2 – Implementação de Florestas Nacionais – FLONAs	ICMBio
Componente 3 – Treinamento e Capacitação para o Manejo Florestal	SFB
Componente 4 – Difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas	SFB
Componente 5 – Difusão tecnológica para a utilização de resíduos florestais para a produção de energia	SFB
Componente 6 – Coordenação do Projeto	SFB

Fonte: Acordo de doação



Até a data de 31 de dezembro de 2015, foram reembolsados pelo KfW recursos da ordem de € 1.825.025,12, equivalentes a 12,16% do valor previsto para o financiamento. A contrapartida do Projeto é não financeira e é apresentada pelos executores na elaboração do Plano Operativo Anual - POA de cada exercício. A metodologia adotada pelo SFB foi encaminhada ao KfW por meio do Ofício nº 03/2015/GEPLAN/SFB/MMA, que contou com a não objeção do Banco quando da aprovação do POA/2015.

A tabela a seguir demonstra o resumo da execução por órgão executor:

Tabela – Valor executado

ÓRGÃO EXECUTOR	VALOR DO ACORDO	VALOR EXECUTADO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
SFB	6.873.382,43	173.297,11	2,52%
ICMBio	5.980.228,01	914.228,01	15,29%
KfW – Desembolso Direto	2.146.389,00	737.500,00	34,36%
TOTAL	15.000.000,00	1.825.025,12	12,16%

Fonte: Planilha orçado x executado – atualizada em 15 de abril de 2016, encaminhada por e-mail do dia 19 de abril de 2016.

Nossos exames, na avaliação dos resultados, incluíram a análise quanto à execução das atividades programadas e ao cumprimento dos resultados pactuados, tendo por base os relatórios de avaliação existentes, os investimentos realizados no período e os controles internos de monitoramento e avaliação mantidos pela Coordenação do Projeto. Como resultado, conclui-se que o projeto não tem atingido um bom nível de execução das atividades programadas, conforme demonstra o item 1.1.1.3 deste relatório.

1.1.1.2 CONSTATAÇÃO

Ausência da elaboração dos relatórios de progresso.

Fato

De acordo com o item IV do Acordo em Separado, a Beneficiária e o Co-Executor informarão ao KfW, semestralmente, sobre o avanço do Projeto (relatórios de progresso do Projeto). O conteúdo e a forma do Relatório de Progresso estão detalhados no Anexo 7 do referido Acordo.

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201600012/001, foi solicitado à Unidade que apresentasse o relatório de progresso anual referente ao exercício de 2015.

Em relação ao assunto a Unidade informou que: *“Quanto a este item, segue Anexo CD com o 4º relatório trimestral de caráter acumulativo referente ao período de setembro a novembro/2015 e Planilha de monitoramento trimestral referente a dezembro/2015, que fará parte do relatório anual em elaboração para fechamento do exercício. Esta planilha complementa o 4º relatório trimestral. Tão logo o relatório anual esteja finalizado será disponibilizado as Unidades Executoras do Projeto e o Banco KfW, para revisão. Portanto,*

após a conclusão do relatório anual, encaminharemos cópia a esta CGU para conhecimento.”

Conforme se verifica, embora o Acordo preveja relatórios semestrais, em 2015 ainda não foi apresentado nenhum relatório.

É importante citar que em 2014 também não houve a apresentação dos relatórios de progresso. Naquela época o gestor informou que para a execução de 2014 não foram elaborados relatórios de progresso, pois estes foram substituídos pela elaboração do documento de planejamento do projeto POG, elaborado pela consultoria de apoio à gestão do Projeto, onde consta a execução realizada até o referido ano.

Alerta-se para o fato de que o Relatório de Progresso é um documento de responsabilidade da Coordenação Executiva do Projeto, e que a atribuição da consultoria é de apenas apoiar a confecção desse relatório. Além disso, o Relatório de progresso não deve ser substituído pelo POG, pois são documentos com finalidades distintas.

Segundo o Anexo 7 do Acordo em Separado, o relatório de progresso deve conter, além das informações sobre os resultados alcançados, indicadores e recursos financeiros, que estão detalhadas no POG, outras informações, tais como: desenvolvimentos nos campos econômico, institucional e/ou político, que afetam a execução do projeto, incluindo respectivos impactos positivos e negativos e medidas mitigatórias; operação, manutenção, incluindo aspectos sobre disponibilidade de pessoal e recursos financeiros nas unidades do SFB e do ICMBio; conclusões e recomendações; avaliação de riscos e a situação atual das FLONAs.

Portanto o objetivo do relatório de progresso não é só detalhar os resultados alcançados, mas também permitir uma reflexão em relação aos problemas que afetaram a consecução das atividades planejadas e com isso estabelecer medidas que ajudem a minimizar ou corrigir esses problemas.

Causa

Morosidade na elaboração do Relatório de Progresso.

Manifestação da Unidade Examinada

Após o encaminhamento do Relatório Preliminar, a unidade informou, por meio da Nota Informativa nº 02/2016/GEPLAN/SFB, de 19 de maio de 2016, que recebeu correspondência do KfW alterando a periodicidade do encaminhamento do relatório de progresso do projeto, o qual passou a ser semestral para anual. A unidade informou ainda que está na fase final de elaboração do relatório e que a estimativa é que na segunda quinzena de junho o relatório esteja concluído.

Análise do Controle Interno

O KfW encaminhou documento informando que o relatório de progresso pode ser enviado anualmente e que aguarda o encaminhamento do 1º Relatório Anual. Considerando que a unidade informou que o relatório está na fase final de elaboração, aguarda-se a conclusão e o encaminhamento do referido relatório.

Recomendações:

Recomendação 1: Que a unidade envie esforços para a conclusão do relatório de progresso.

1.1.1.3 CONSTATAÇÃO

Baixa execução física e financeira.

Fato

Para avaliar a execução física e financeira no exercício de 2015, analisou-se a planilha de monitoramento trimestral referente a dezembro de 2015 (acumulado), encaminhada por meio do Ofício n.º 02/2016/DCM/SFB/MMA, de 18 de março de 2016.

Os quadros a seguir, extraídos das referidas planilhas de monitoramento, determinam como foi a execução no exercício de 2015, por componente e subcomponente.

Tabela – componente 1

SUBCOMPONENTE (POG/POA)	ATIVIDADE PLANEJADA (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO (POA) €	EXECUTADO €
SUBCOMPONENTE 1.1 - Elaborar Projeto de Construção para 2 Unidades Regionais	1.1.1 Elaborar projeto executivo da Sede Regional de Porto Velho (Contratado em 2014)	Projeto executivo de Porto Velho elaborado	Projeto aprovado pela Prefeitura de Porto Velho - Aguardando empresa entregar o projeto arquitetônico	2.553,33	-
	1.2.1 Construir Unidade Regional de Porto Velho	Centro Regional de Porto Velho construído.	Depende do item 1.1.1	451.373,64	-
SUBCOMPONENTE 1.2 - Construir 2 Unidades Regionais	1.2.2 Fiscalizar e receber Unidade Regional de Porto Velho	Centro Regional de Porto Velho do SFB, fiscalizado e recebido.	Depende do item 1.1.2	33.333,33	-
	1.2.3 Construir Unidade Regional de Santarém	Centro Regional de Santarém do SFB, construído.	O processo está aguardando não objeção do Banco para ajuste do valor orçado. Após será feita publicação do edital para licitação	862.031,84	-
	1.2.4 Fiscalizar e receber Unidade Regional de Santarém	Centro Regional Santarém do SFB finalizado e recebido.	Depende do início da obra	33.333,33	-



SUBCOMPONENTE 1.3 - Equipar 2 Unidades Regionais	1.3.1 Adquirir veículos	1 Veículo de passeio para Unid. Regional de Santarém;	A primeira licitação foi fracassada. Atualmente o processo se encontra na Coordenação de licitações para nova publicação de edital do pregão	140.000,00	-
		2 Picapes Unid. Regional de Santarém;			
		1 Veículo de passeio para Unid. Regional de Porto Velho;			
		1 Picape Unid. Regional de Porto Velho.			
SUBCOMPONENTE 1.4 - Implantar sistema de telecomunicações das 2 Unidades Regionais	1.4.1 Analisar e determinar demanda de sistema de telecomunicações em coordenação com Componente 2	Sistema de telecomunicações analisado e determinado.	Reuniões com a UR/Santarém e UR/Porto Velho com a finalidade de conhecer as demandas e possíveis soluções. Apresentação de sistema de telecomunicação realizada pela Rockwell Collins e visita ao INSS/DATAPREV para conhecer o sistema utilizado por eles.	3.500,00	2.600,98

Fonte: Planilha de monitoramento trimestral

Neste componente foi previsto € 1.526.125,48 e executado apenas € 2.600,98, o que representa apenas 0,17% do que foi previsto. As principais dificuldades elencadas no documento foram a morosidade dos órgãos fiscalizadores e a condução dos processos licitatórios. Como solução foi proposto o agendamento de reuniões com a equipe de licitações e também, no caso específico da construção da Unidade Regional de Santarém, a contratação de uma consultoria de curto prazo para apoiar o processo de licitação.

Tabela – componente 2 – subcomponente 2.1

SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
SUBCOMPONENTE 2.1 - Demarcar os limites de 9 FLONAs.	2.1.1 Demarcar as Floresta Nacionais na área de abrangência do Projeto. (Contratado em 2014 - Execução 2015)	Levantamento topográfico realizado e FLONAs demarcada e marcos instalados nas: Floresta Nacionais Itaituba - I e II, Trairão, Altamira, Crepori, Amaná, Jacundá, Jatuarana, Macauã e São Francisco.	Após a entrega dos produtos I e II referentes à FLONAs de Itaituba I e II, Altamira e Trairão os trabalhos foram interrompidos por questões sazonais.	1.066.666,67	184.072,77
	2.1.2 Realizar Reunião em Brasília para planejamento	Reunião com os atores da demarcação realizada e planejamento concluído.	Reunião realizada em março de 2015.	11.125,00	12.644,07



SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
	da execução das atividades de demarcação - Com ênfase nas oficinas de sensibilização.				
	2.1.3 Realizar 1 Reunião de mobilização e sensibilização das famílias residentes para os processos de demarcação na Flona de Macauã/São Francisco.	Reunião com famílias residentes na Flona Macauã/São Francisco realizada e famílias sensibilizadas para a importância da Demarcação.		5.696,67	-
	2.1.4 Realizar 1 Reunião de mobilização e sensibilização das famílias residentes para os processos de demarcação na Flona de Jacundá.	Reunião com famílias residentes na Flona de Jacundá realizada e famílias sensibilizadas para a importância da Demarcação.		4.190,00	-
	2.1.5 Realizar 1 Reunião de mobilização e sensibilização das famílias residentes para os processos de demarcação na Flona de Trairão, 1 reunião em Flona de Amana.	Reuniões com famílias residentes nas Flonas Trairão e Amana realizadas e famílias sensibilizadas para a importância da Demarcação.		8.170,00	-
	2.1.6 Realizar 2 Reuniões de mobilização e sensibilização das famílias residentes para os processos de demarcação na Flona de Crepori e 1 reunião na Flona de Itaituba II.	Reuniões com famílias residentes nas Flonas Crepori e Itaituba II realizadas e famílias sensibilizadas para a importância da Demarcação.		6.866,67	-
	2.1.7 Realizar Reunião de mobilização e sensibilização	Reunião com famílias residentes na Flona de Altamira realizada e famílias sensibilizadas		4.983,33	-



SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
	das famílias residentes para os processos de demarcação na Flona de Altamira.	para a importância da Demarcação.			
	2.1.8 Realizar Fiscalização da demarcação das FLONAS na área de abrangência do Projeto.	Fiscalização da demarcação das FLONAS: Itaituba - I e II, Trairão, Altamira, Crepori, Amaná, Jacundá, Jatuarana, Macauã e São Francisco realizada.	Pagamento de diárias, passagens e combustíveis para acompanhar as atividades de demarcações e sinalização das Flonas. Trabalho interrompido por questões sazonais.	154.866,67	13.565,96
	2.1.9 Publicar Manual Metodológico para demarcação de UC.	Manual elaborado, editado e impresso.	Previsto no POA/2016	20.000,00	-

Fonte: Planilha de monitoramento trimestral

Neste componente foi executado 16% do previsto. A principal execução se refere à contratação de empresa e a entrega de produtos relacionados ao levantamento topográfico e demarcação das Flonas. O ICMBio informou, em resposta ao Relatório Preliminar, que não foram realizadas as reuniões constantes no POA 2015 para mobilização e sensibilização para a atividade de demarcação e sinalização nas flonas devido ao posicionamento do doador (KfW), no início de 2015, de não pagar despesas de viagens para servidores públicos, o que motivou a equipe técnica a seguir uma outra maneira de mobilizar a população local, essa mobilização foi feita por meios de comunicação local.

Tabela– componente 2 – subcomponente 2.2

SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
SUBCOMPONENTE 2.2 - Elaborar os Planos de Manejo de 2 FLONAS.	2.2.1 Elaborar Plano de Manejo da FLONA Bom Futuro	Elaboração de Plano de Manejo contratado e aprovado.	Previsto no POA/2016	166.666,67	-
	2.2.2 Realizar 1 Reunião para Organização do planejamento do Plano	Reunião com os atores da elaboração do Plano de Manejo realizada.		1.083,33	-



SUBCOMPONENTE (POG/POA)	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
				€	€
	de Manejo da FLONA Bom Futuro				
	2.2.3 Realizar Diagnóstico Socioeconômico - A, da FLONA Bom Futuro	Diagnóstico socioeconômico elaborado pelo ICMBio		1.833,33	-
	2.2.4 Realizar Oficina de Planejamento Participativo (OPP) na FLONA Bom Futuro	Oficina com as comunidades envolvidas realizada.		2.166,67	-
	2.2.5 Apresentar Relatório Técnico Final do Plano de Manejo da FLONA Bom Futuro ao Conselho Consultivo	Relatório técnico final do Plano de Manejo aprovado		1.083,33	-
	2.2.6 Apresentar Plano de Manejo Final ao Conselho da FLONA Bom Futuro	Plano de Manejo da FLONA Bom Futuro, apresentado e aceito.		1.000,00	-
	2.2.7 Elaborar Inventário Florestal da FLONA Bom Futuro	Inventário Florestal da FLONA Bom Futuro contratado, realizado e recebido.		90.000,00	-
	2.2.8 Elaborar o Plano de Manejo da FLONA Jatuarana	Plano de Manejo da FLONA Jatuarana contratado e aprovado.		166.666,67	-
	2.2.9 Realizar 1 Reunião para Organização do planejamento da FLONA Jatuarana	Reunião com os atores envolvidos na elaboração do Plano de Manejo da Flona realizada.		916,67	-



SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
	2.2.10 Realizar Diagnóstico Socioeconômico - A, da FLONA Jatuarana	Diagnóstico socioeconômico elaborado pelo ICMBio		2.333,33	-
	2.2.11 Realizar Oficina de Planejamento Participativo (OPP) na FLONA Jatuarana	Oficina com as comunidades envolvidas realizada.		3.083,33	-
	2.2.12 Apresentar Relatório Técnico Final do Plano de Manejo da FLONA Jatuarana ao Conselho Consultivo	Relatório técnico final do Plano de Manejo aprovado.		1.083,33	-
	2.2.13 Apresentar ao Plano de Manejo Final ao Conselho da FLONA Jatuarana	Plano de Manejo da FLONA Jatuarana, apresentado e aceito.	Previsto no POA/2016	1.166,67	-
	2.2.14 Elaborar Inventário Florestal da FLONA Jatuarana	Inventário Florestal da FLONA Jatuarana, contratado, realizado e recebido.	Previsto no POA/2016	88.333,33	-
	2.2.15 Realizar Oficina de Planejamento Comunitário para elaboração do Plano de Manejo da FLONA Pau Rosa	Plano de Manejo da FLONA Pau Rosa elaborado com participação das comunidades envolvidas.	Oficina Realizada	15.386,67	13.007,09
	2.2.16 Reunião de Planejamento em Brasília - Finalização do Plano de Manejo da FLONA Pau Rosa	Reunião realizada e Plano de Manejo finalizado.		2.083,33	-



SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
	2.2.17 Realizar Oficina de Planejamento Participativo (OPP) do Plano de Manejo FLONA Pau Rosa	Oficina de Planejamento Participativo para apresentação e aceite do Plano de Manejo.		8.066,67	-

Fonte: Planilha de monitoramento trimestral

No subcomponente 2.2, que trata da elaboração de Planos de Manejo, foi realizada apenas uma das diversas atividades previstas. Houve execução de apenas 2% do total de € 552.953,33 previstos. O ICMBio informou, em resposta ao Relatório Preliminar, que a baixa execução decorreu pelo fato da demora nos tramites internos para o processo de licitação, principalmente pelo baixo número de servidores lotados na equipe técnica da coordenação responsável por acompanhar e validar o plano de manejo.

Tabela– componente 2 – subcomponente 2.3

SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
SUBCOMPONENTE 2.3 - Elaborar Projetos de construção de 2 sedes e infraestrutura em 3 FLONAs.	2.3.1 Elaborar Projeto da sede administrativa de Humaitá e das bases de campo de Bom Futuro e Jacundá	Projeto da Sede ADM de Humaitá e das bases de campo de Bom Futuro e Jacundá contratados, elaborados e recebidos.	Previsto no POA/2016	60.000,00	-

Fonte: Planilha de monitoramento trimestral

Neste subcomponente não houve execução. Consta somente a informação de que será executado no POA/2016.

Tabela– componente 2 – subcomponente 2.4

SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
SUBCOMPONENTE 2.4 - Executar Construções de 2 Sedes e infraestrutura em 3 FLONAs.	2.4.1 Construir a Sede Administrativa de Humaitá	Obra contratada, executada e recebida	Previsto no POA/2016	83.333,33	-
	2.4.2 Construir a Base de Campo da FLONA Bom Futuro	Obra contratada, executada e recebida	Previsto no POA/2016	41.666,67	-



SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
	2.4.3 Construir a Base de Campo FLONA Jacundá	Obra contratada, executada e recebida		41.666,67	-
	2.4.4 Construir a Sede ADM Boca do Acre	Obra contratada, executada e recebida		33.333,33	-
	2.4.5 Construir a Sede Administrativa de Itaituba (Empresa Contratada em 2014 obra em andamento)	Obra contratada, executada e recebida		416.666,67	71.422,32
	2.4.6 Reformar Sede Administrativa da FLONA Pau Rosa	Obra contratada, executada e recebida	Previsto no POA/2016	58.333,33	-

Fonte: Planilha de monitoramento trimestral

Neste subcomponente 2.4, que trata da contratação de obras, foi executado até o momento 10% do previsto. Somente houve avanço em relação a contratação da Sede Administrativa de Itaituba que já foi contratada e está em andamento. Em relação à referida contratação, é preciso ressaltar, que o ICMBio iniciou as obras antes da não objeção do KfW, de forma que corre-se o risco, dessa contratação não ser financiada com recursos da doação. O ICMBio informou, em resposta ao Relatório Preliminar, que a baixa execução deu-se pelos cortes orçamentários sofridos pelo ICMBio, pois uma das condições para aprovação de novas construções no instituto é ter disponibilidade de alocar serviços de vigilância e limpeza, serviço este que já estava tendo o seu contrato reduzido em razão do orçamento. Com relação à obra de Itaituba, houve demora na liberação do alvará pela prefeitura, que só foi emitido em meados de 2015, e essa emissão está fora da governabilidade do Instituto.

Tabela– componente 2 – subcomponente 2.5

SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
SUBCOMPONENTE 2.5 - Equipar 2 Sedes	2.5.1 Adquirir	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e	Previsto no POA/2016	41.833,33	-



SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
e infraestrutura nas 18 FLONAs	equipamentos para FLONA Caxiuanã	transporte adquiridos para a FLONA Caxiuanã			
	2.5.2 Adquirir equipamentos para FLONA Trairão	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e transporte adquiridos para a FLONA Trairão	Previsto POA/2016 no	10.300,00	-
	2.5.3 Adquirir equipamentos para FLONA Crepori	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e transporte adquiridos para a FLONA Crepori	Previsto POA/2016 no	21.133,33	-
	2.5.4 Adquirir equipamentos para FLONA Amana	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e transporte adquiridos para a FLONA Amana	Previsto POA/2016 no	20.466,67	-
	2.5.5 Adquirir equipamentos para FLONA Jamanxim	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e transporte adquiridos para a FLONA Jamanxim	Previsto POA/2016 no	9.800,00	-
	2.5.6 Adquirir equipamentos para FLONA Itaituba II	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e transporte adquiridos para a FLONA Itaituba II	Previsto POA/2016 no	24.800,00	-
	2.5.7 Adquirir equipamentos para FLONA Itaituba I	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e transporte adquiridos para a FLONA Itaituba I	Previsto POA/2016 no	10.066,67	-
	2.5.8 Adquirir equipamentos para FLONA	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e transporte adquiridos para a FLONA Altamira	Previsto POA/2016 no	24.400,00	-



SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
	Altamira				
	2.5.9 Adquirir equipamentos para FLONA Humaitá	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e transporte adquiridos para a FLONA Humaitá	Previsto POA/2016 no	7.733,33	-
	2.5.10 Adquirir equipamentos para FLONA Balata Tufari	Equipamentos de transporte adquiridos para a FLONA Balata Tufari	Previsto POA/2016 no	1.333,33	-
	2.5.11 Adquirir equipamentos para FLONA Jatuarana	Equipamentos de transporte adquiridos para a FLONA Jatuarana	Previsto POA/2016 no	1.333,33	-
	2.5.12 Adquirir equipamentos para FLONA Iquiri	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e transporte adquiridos para a FLONA Iquiri	Previsto POA/2016 no	6.733,33	-
	2.5.13 Adquirir equipamentos para FLONA Macauã/São Francisco	Equipamentos de transporte adquiridos para a FLONA Macauã/São Francisco	Previsto POA/2016 no	6.666,67	-
	2.5.14 Adquirir equipamentos para FLONA Purus	Equipamentos de campo, escritório e transporte adquiridos para a FLONA Purus	Aquisição de veículo L200 Triton 4x4	32.733,33	25.464,14
	2.5.15 Adquirir equipamentos para FLONA Jacundá	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e transporte adquiridos para a FLONA Jacundá	Previsto POA/2016 no	38.166,67	-



SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
	2.5.16 Adquirir equipamentos para Flona Bom Futuro	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e transporte adquiridos para a FLONA Bom Futuro	Aquisição de veículo L200 Triton 4x4	40.233,33	25.464,14
	2.5.17 Adquirir equipamentos para FLONA Mapiá Inauini	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e transporte adquiridos para a FLONA Mapiá Inauini	Previsto no POA/2016	18.000,00	-
	2.5.18 Adquirir equipamentos para FLONA Pau Rosa	Equipamentos de campo, escritório, comunicação e transporte adquiridos para a FLONA Pau Rosa	Previsto no POA/2016	37.833,33	-

Fonte: Planilha de monitoramento trimestral

No subcomponente 2.5, que trata da aquisição de equipamentos, foi executado € 50.928,28, referente à aquisição de dois veículos. Houve uma execução de 14% do orçamento previsto. O ICMBio informou, em resposta ao Relatório Preliminar, que houve dificuldade na aquisição dos equipamentos, apesar da consulta para apresentação de propostas ter sido repetida por 03 (três) vezes, não teve interessados em número suficiente para atender as exigências do doador, a falta de interesse foram várias, tais como: locais de difícil acesso e longe, não fornece para o governo, querer ser pago antes da entrega do bem e não pagar frete.

Tabela– componente 2 – subcomponente 2.6

SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
SUBCOMPONENTE 2.6 - Implementar e efetuar a gestão nas 18 FLONAs.	2.6.1 Implementar a gestão na FLONA Balata Tufari	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Balata Tufari	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos da FLONA	6.283,33	468,27
	2.6.2 Implementar a gestão na FLONA Bom Futuro	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Bom Futuro	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos da FLONA	8.066,67	10.129,31



SUBCOMPONENTE (POG/POA)	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA €	EXECUTADO €
	2.6.3 Implementar a gestão na FLONA Humaitá	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Humaitá	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos da FLONA	4.066,67	943,11
	2.6.4 Implementar a gestão na FLONA Iquiri	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Iquiri	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos da FLONA	7.600,00	3.655,08
	2.6.5 Implementar a gestão na FLONA Jatuarana	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Jatuarana	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos da FLONA	3.333,33	308,89
	2.6.6 Implementar a gestão na FLONA Jacundá	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Jacundá	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos da FLONA	4.266,67	1.095,53
	2.6.7 Implementar a gestão na FLONA Mapiá Inauini	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Mapiá Inauini	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos da FLONA	8.020,00	4.666,85
	2.6.8 Implementar a gestão na FLONA Purus	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Purus	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos da FLONA	4.233,33	1.771,71
	2.6.9 Implementar a gestão na FLONA Altamira	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Altamira	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos da FLONA	1.340,00	1.357,45



SUBCOMPONENTE (POG/POA)	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA €	EXECUTADO €
	2.6.10 Implementar a gestão na FLONA Caxiuanã	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Caxiuanã	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos FLONA	9.070,00	3.546,85
	2.6.11 Implementar a gestão na FLONA Crepori	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Crepori	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos FLONA	7.987,33	3.904,86
	2.6.12 Implementar a gestão na FLONA Jamanxim	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Jamanxim	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos FLONA	1.840,00	7.286,95
	2.6.13 Implementar a gestão na FLONA Trairão	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Trairão	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos FLONA	1.583,33	2.907,39
	2.6.14 Implementar a gestão na FLONA Itaituba I e II	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Itaituba I e II	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos FLONA	2.266,67	6.674,54
	2.6.15 Implementar a gestão na FLONA Macauã/São Francisco	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Macauã/São Francisco	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos FLONA	2.266,67	5.825,11
	2.6.16 Implementar a gestão na FLONA Pau Rosa	Custos operativos de veículos para transporte de servidores da FLONA Pau Rosa	Pagamento de manutenção e combustível dos veículos FLONA	2.266,67	921,18
	2.6.17 Implementar	Custos operativos de veículos para transporte	Pagamento de manutenção e	2.266,67	-



SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
	a gestão na FLONA Amana	de servidores da FLONA Amana	combustível dos veículos da FLONA		

Fonte: Planilha de monitoramento trimestral

Este subcomponente 2.6, trata de previsão de gastos com custos operativos de veículo para transporte de servidores das FLONAS. Neste item houve gastos no valor de € 55.463,08, o que representa 72% do previsto. É importante ressaltar que em várias atividades os valores gastos ultrapassaram os valores previstos. Não houve menção a esse fato no relatório trimestral.

Tabela– componente 2 – subcomponente 2.7

SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
SUBCOMPONENTE 2.7 - Apoiar a gestão participativa das 18 FLONAs (Conselhos Consultivos).	2.7.1 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Balata Tufari	Conselho Consultivo implementado e atuante na FLONA Balata Tufari	Aquisição de combustível para mobilização e reunião do Conselho	7.133,33	1.236,61
	2.7.2 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Bom Futuro	Conselho Consultivo implementado e atuante na FLONA Bom Futuro	Realização de reunião para posse do Conselho, apoio de alimentação, hospedagem e combustível	11.733,33	6.270,87
	2.7.3 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Humaitá	Conselho Consultivo implementado e atuante na FLONA Humaitá	Realização de reunião para posse do Conselho, apoio de alimentação e hospedagem	4.100,00	420,00
	2.7.4 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Iquiri	Conselho Consultivo implementado e atuante na FLONA Iquiri		566,67	-
	2.7.5 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Jatuarana	Conselho Consultivo implementado e atuante na FLONA Jatuarana		1.720,00	-



SUBCOMPONENTE (POG/POA)	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
				€	€
	2.7.6 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Jacundá	Conselho Consultivo implementado e atuante na Flona Jacundá	Realização de reunião do Conselho, apoio de alimentação e transporte	5.463,33	2.817,61
	2.7.7 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Macauã/São Francisco	Conselho Consultivo implementado e atuante na FLONA Macauã/São Francisco		6.810,00	-
	2.7.8 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Mapiá Inauini	Conselho Consultivo implementado e atuante na FLONA Mapiá Inauini	Apoio a realização de reunião de conselho consultivo da UC - hospedagem, alimentação e material de expediente	566,67	644,72
	2.7.9 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Purus	Conselho Consultivo implementado e atuante na FLONA Purus		1.175,00	-
	2.7.10 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Amana	Conselho Consultivo implementado e atuante na FLONA Amana		3.956,67	-
	2.7.11 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Caxiuanã	Conselho Consultivo implementado e atuante na FLONA Caxiuanã	Apoio a realização de reunião de conselho consultivo da UC - alimentação e combustível	2.103,33	534,47
	2.7.12 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Crepori	Conselho Consultivo implementado e atuante na FLONA Crepori	Reunião de conselho marcada	7.480,00	-



SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
	2.7.13 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Itaituba I e II	Conselho Consultivo implementado e atuante na FLONA Itaituba I e II		2.644,00	-
	2.7.14 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Trairão	Conselho Consultivo implementado e atuante na Flona Trairão		2.075,00	-
	2.7.15 Implementar/apoiar a gestão participativa na FLONA Pau Rosa	Conselho Consultivo implementado e atuante na FLONA Pau Rosa		4.516,33	-

Fonte: Planilha de monitoramento trimestral

Neste subcomponente que trata da implementação dos Conselhos Consultivos houve uma execução de € 11.924,28, ou seja, dezenove por cento do previsto. O ICMBio informou, em resposta ao Relatório Preliminar, que esse subcomponente é de responsabilidade dos gestores das unidades e o cronograma de reuniões dos conselhos das flonas, por vezes, não coincide com o período de execução financeira do projeto. E que ademais, esse cronograma é elaborado de acordo com as condições favoráveis de logística da região.

Tabela – componente 2 – subcomponente 2.8

SUBCOMPONENTE	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
(POG/POA)				€	€
SUBCOMPONENTE 2.8 - Capacitar servidores das 18 FLONAs.	2.8.1 Capacitar Servidores das FLONAS.	Servidores das 18 FLONAS Capacitados	Participação do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação - CBUC - 11 servidores de FLONAS contemplados pelo Projeto e a 1 da coordenação do projeto	46.566,67	11.433,54

Fonte: Planilha de monitoramento trimestral

Neste subcomponente foram executados 25 % do previsto. O ICMBio informou, em resposta ao Relatório Preliminar, que: “foi realizada uma mobilização com a coordenação de educação corporativa do Instituto para apoiar algumas capacitações do Plano Anual de Capacitação, houve a iniciativa de apoiar três capacitações, porém o baixo número de



interessados devido às várias agendas que coincidiram com o período disponibilizado pela Acadebio, fez com que as capacitações fossem canceladas e fosse mantido apenas o apoio dos gestores ao Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.”

É importante destacar que nos subcomponente do componente 2 existe uma pequena diferença entre os valores informados, em euros, na planilha de monitoramento trimestral e nas Solicitações de Desembolso que foram encaminhadas ao KfW. A referida diferença ocorre em função da conversão de reais para euro, pois os documentos foram elaborados em momentos distintos.

Considerando os valores encaminhados nas Solicitações de Desembolso, no componente 2 foram previstos € 3.109.452, 67 euros e executado € 419.162,24, ou seja, uma execução de 13,5 % do previsto.

Tabela - componente 3

SUBCOMPONENTE (POG/POA)	ATIVIDADE PLANEJADA (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	PREVISTO	EXECUTADO
				€	€
SUBCOMPONENTE 3.1 - Desenvolver modelo de gestão do Centro de Capacitação em Manejo Florestal Sustentável e suas Unidades de Prática.	3.1.1 Contratar e efetuar estudo de mercado e modelo de gestão do Centro de Capacitação.	Relatório final do estudo de mercado e modelo de gestão entregue e aprovado.	EM 31/08/2015 - Findou os recursos apresentados pela empresa FOCO, com retificação da decisão do diretor com as seguintes penalidades: descredenciamento do SICAF por 1 ano e multa compensatória no valor de 10% do valor do contrato R\$ 23.762,52. Houve uma possível fraude documental. Processo encaminhado à Polícia Federal.	76.666,67	-
	3.1.2 Analisar resultado de estudo e estabelecer parcerias para gestão e implementação do Centro de Capacitação e suas Unidades de Prática.	a) Estudo analisado até maio 2015; b) Primeiros acordos sobre parcerias firmados até junho 2015; c) Conselho de Planejamento, Avaliação e Monitoramento multi-setorial (SFB, ICMBio, UFOPA, Comunitários, Setor Industrial) estabelecido até junho 2015; d) Demais acordos firmados até dezembro 2015.	Previsto no POA 2016	796,67	-
SUBCOMPONENTE 3.2 - Elaborar projeto de construção para o Centro de Capacitação	3.2.1 Contratar, efetuar e aprovar projeto de construção do	Projeto de Construção aprovado.	Previsto no POA 2016	33.333,33	-

SUBCOMPONENTE (POG/POA)	ATIVIDADE PLANEJADA (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	PREVISTO	EXECUTADO
				€	€
e implantação de suas Unidades de Prática.	Centro de Capacitação.				
	3.2.2 Identificar sítios e seu potencial, metodologias e parcerias para Unidades de Prática e elaborar Plano de Implantação.	Plano de implantação das Unidades de Prática elaborado.		13.333,33	-
SUBCOMPONENTE 3.5 - Estruturar e viabilizar o desenvolvimento e a realização das capacitações em práticas de atividades florestais sustentáveis.	3.5.1 Definir temas de ensino e lista de cursos.	Lista de temas de ensino e cursos elaborados e aprovados.	Dois temas definidos: sensibilização para o Manejo Florestal Sustentável para gestores e tomadores de decisão Manejo Florestal Sustentável Madeireiro e não Madeireiro - Técnico e Analistas Ambientais	5.463,33	-
	3.5.2 Elaborar Plano Pedagógico para os cursos.	Plano Pedagógico, de acordo com a lista de temas de ensino e de cursos dentro do marco de programações anuais do Plano elaborado e aprovado.	Previsto no POA 2016	2.796,67	-
	3.5.3 Garantir logística para a capacitação em manejo florestal sustentável.	Logística (deslocamento, hospedagem, alimentação e materiais de ensino) para a capacitação em manejo florestal sustentável garantida.	Previsto no POA 2016	-	-
	3.5.4 Garantir pessoal docente e de apoio para a capacitação.	Pessoal docente e de apoio disponível e atuando segundo o plano pedagógico.	Equipe técnica e pedagógica disponibilizada pelo SFB e UFOPA. Previsto no POA/2016.	-	-
	3.5.5 Efetuar capacitação em atividades florestais sustentáveis.	500 pessoas entre servidores e parceiros, capacitados por ano em atividades florestais sustentáveis.	Capacitação realizada no mês de outubro/2015. 50 pessoas capacitadas.	71.713,33	15.825,99

Fonte: Planilha de monitoramento trimestral



Neste componente foi previsto € 204.103,33 e executado €15.825,00, o que representa 7,8%. Apenas houve execução na atividade 3.5.5, que trata da capacitação, entretanto dos 500 servidores previstos para serem capacitados, somente 50 foram capacitados até o momento. A principal dificuldade relatada está relacionada com a empresa que foi contratada para realizar o estudo de Mercado e teve o contrato encerrado em função de possível fraude documental. Como proposta de solução foi contratada uma consultoria de curto prazo para desenvolver o modelo de gestão do centro de capacitação. Além disso, está sendo verificada a possibilidade de integração dos componentes 3 e 4.

Tabela - componente 4

SUBCOMPONENTE (POG/POA)	ATIVIDADE PLANEJADA (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
				€	€
SUBCOMPONENTE 4.1 - Desenvolver o escopo e o modelo de gestão do Centro de Difusão de Silvicultura com Espécies Nativas.	4.1.1 Desenvolver o escopo e o modelo de gestão do Centro de Difusão de Silvicultura com Espécies Nativas.	Empresa contratada pelo POA 2014 (Paragominas/PA); Requer atenção por comitê Estratégico e KfW.	Já foram entregues dois produtos dos três contratados. O contrato está em análise para aditamento contratual	115.086,71	49.989,45
SUBCOMPONENTE 4.2 - Elaborar projeto de construção do Centro de Difusão.	4.2.1 Elaborar projeto de construção do Centro de Difusão.	Projeto do Centro de Difusão, contratado, elaborado e recebido.	Previsto no POA/2016	35.714,29	-

Fonte: Planilha de monitoramento trimestral

Neste componente foram previstos recursos no valor de €150.801,00 e executado € 49.989,45, o que representa 33,15 %. Entretanto, conforme apontamento específico desse Relatório, o projeto do modelo de gestão do Centro de Difusão e Silvicultura foi contratado para ser executado em local fora da área de abrangência do Projeto.

Tabela - componente 5

SUBCOMPONENTE (POG/POA)	ATIVIDADE PLANEJADA (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
				€	€
SUBCOMPONENTE 5.1 - Identificar o potencial de uso dos resíduos florestais e a viabilidade econômica dos tratamentos e condicionamentos desses resíduos para fins comerciais.	5.1.1 Contratar empresa e realizar estudos de determinação do potencial socioeconômico do aproveitamento de resíduos florestais e do processamento da matéria prima.	Empresa contratada para realizar estudos de determinação do potencial socioeconômico do aproveitamento de resíduos florestais e do processamento da matéria prima.	TDR elaborado. Pesquisa de preços realizadas, processo encaminhado ao jurídico. Previsto no POA/2016	79.833,33	-



SUBCOMPONENTE (POG/POA)	ATIVIDADE PLANEJADA (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
				€	€
	5.1.2 Selecionar, coletar e transportar amostras de resíduos florestais segundo levantamento dos estudos	Seleção, coleta e transporte das amostras de resíduos florestais segundo levantamento dos estudos realizados	Contratação depende do item 5.1.1	20.083,33	-
SUBCOMPONENTE 5.2 - Elaborar estudos de caracterização tecnológica de aproveitamento dos resíduos.	5.2.1 Adequar e modernizar a estrutura do LPF para realização dos estudos de caracterização dos resíduos florestais	6 equipamentos de estudos de caracterização dos resíduos florestais do laboratório instalados no LPF	Processos de aquisições em andamento. Previsto no POA/2016	160.000,00	-
	5.2.2 Realizar ensaios de caracterização tecnológica das amostras de resíduos florestais	Materiais adquiridos e serviços de adequação realizados até setembro/2015	Depende do item 5.1.2 para amostras entrarem no SFB	10.000,00	-

Fonte: Planilha de monitoramento trimestral

Neste componente não houve execução. As principais dificuldades relatadas estão relacionadas ao processo licitatório, principalmente na dificuldade de entendimento com a área jurídica do SFB. As propostas de solução previstas estão relacionadas a buscar um entendimento com a jurídica.

A situação deste componente requer extrema atenção, pois segundo o item 4.2 do Acordo em Separado, antes do início das atividades do componente 5 – Difusão Tecnológica, o SFB tem que detalhar uma estratégia de difusão, identificando o público alvo, os parceiros e as ferramentas. Sobre o assunto o SFB informou que ainda não foi definida uma estratégia de difusão tecnológica do componente 5, em virtude de que essa atividade necessita de informações que serão geradas pela consultoria a ser contratada em 2016.

Tabela - componente 6

SUBCOMPONENTE (POG/POA)	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
				€	€
SUBCOMPONENTE 6.1 -- Apoiar à gestão do Projeto por meio de Contrato de Consultoria (pago direito KfW-Consultoria)	6.1.1 Serviços prestados pela Consultoria	Relatórios trimestrais acumulados e anuais entregues pela Consultoria e aprovados	Relatório referente ao segundo e terceiro trimestre elaborado e entregue ao doador	600.000,00	352.500,00



SUBCOMPONENTE (POG/POA)	Atividade Planejada (POA)	INDICADORES/METAS (POA)	AVANÇO FÍSICO	ORÇAMENTO POA	EXECUTADO
				€	€
SUBCOMPONENTE 6.2 - Instituir e garantir a coordenação do Projeto	6.2.1 Capacitação em Gestão de Projetos	6 Servidores do SFB capacitados em Gestão de Projetos	Previsto no POA/2016	5.000,00	-
	6.2.2 Monitorar as atividades do Projeto	Monitoramentos das atividades realizados	Foram realizadas 3 reuniões no primeiro trimestre. Previsto no POA/2016	12.000,00	-
SUBCOMPONENTE 6.3 - Implementar e operar o sistema de planejamento e monitoramento do Projeto	6.3.1 Implementar e operar o sistema de planejamento e monitoramento do Projeto	Empresa para manutenção e adequações do Sistema SIGMA WEB contratada e sistema atualizado	Realizações de reuniões com a equipe do SIGMA; treinamento realizado com 15 servidores; alteração do Sistema para receber o projeto; Manutenção do Sistema prevista no POA/2016	60.000,00	-
SUBCOMPONENTE 6.4 - Desenvolver e manter atividades de comunicação social interna e externa do Projeto	6.4.1 Realizar Workshop para elaboração do plano de comunicação do projeto	Plano de comunicação do Projeto aprovado e em realização	Realizações de reuniões, plano de comunicação elaborado e aprovado	2.000,00	2.371,86
SUBCOMPONENTE 6.5 - Efetuar auditorias externas anuais	6.5.1 Auditorias externas anuais	Auditoria realizada pela CGU (2016)	Auditoria referente ao exercício 2015, será realizada em 2016	-	-

Fonte: Planilha de monitoramento trimestral

Neste componente estava previsto o valor de € 679.000,00 e foi executado € 354.871,86, incluindo os valores pagos à consultoria de apoio à gestão, o que representa 52% do valor previsto. As principais dificuldades relatadas estão relacionadas com o período de transição da Coordenação Executiva e com opiniões divergentes quanto à necessidade de encaminhamento de documentos para atualização do SIGMA. De acordo com a Unidade, após a nomeação do novo Coordenador Executivo as reuniões serão retomadas.

Pela análise dos quadros acima se conclui que a execução em 2015 continua bem abaixo do planejado, embora, se comparado aos exercícios anteriores, verifica-se que houve um pequeno avanço em 2015. Acredita-se que esse avanço ocorreu principalmente pela contratação da consultoria de apoio à gestão do projeto.



Em relação a esse avanço o ICMBio informou, em resposta ao Relatório Preliminar, que à melhora da execução financeira do projeto em 2015, foi principalmente, pela execução dos contratos assinados em 2014 pelo ICMBio, não tendo participação efetiva da consultoria de apoio à gestão do projeto.

A tabela a seguir demonstra o resultado nos últimos três anos:

Tabela – previsão x execução por ano

ANO	% DE EXECUÇÃO EM RELAÇÃO AO PREVISTO
2013	5,24
2014	11,08
2015	14,18

Causa

Número de servidores insuficientes para executar as diversas demandas; alto grau de complexidade de regras em procedimentos de aquisição de bens e contratações de obras e serviços; distâncias entre a sede do Projeto, em Brasília, e suas pontas nas áreas de abrangência do Projeto; duas unidades executoras com diferentes culturas de planejamento e execução.

Manifestação da Unidade Examinada

O SFB informou, por meio da NOTA INFORMATIVA nº 02 /2016/GEPLAN/SFB, que: “A Coordenação Executiva, com apoio da consultoria, elaborará minuta de plano de ação para o segundo semestre de 2016. A proposta será submetida a Unidade de Execução/ICMBio para contribuições. O plano contará com cronograma de ações que viabilizem a aprovação do POA e PAC/2017 até dezembro de 2016. Também contará com calendário de reuniões da Coordenação Executiva. Ainda apresentará cronograma de ações para a renovação do contrato de doação.”

Sobre o assunto o ICMBio, apresentou as seguintes informações, por meio do Ofício nº. 47/2016-DIPLAN/ICMBio:

“Visto que o documento base que subsidiou a análise da auditoria foi o relatório trimestral, registramos que o ICMBio não teve acesso a esse relatório que foi elaborado pela coordenação do projeto com apoio da empresa de consultoria. Portanto, não deveria servir como base para o relatório de auditoria, pois há afirmações nesse documento que são contrárias ao entendimento do Instituto, a exemplo, o motivo de atraso na execução das atividades planejadas não é devido à complexidade de regras dos procedimentos de aquisição de bens e contratações, mas sim, em razão das demandas institucionais que são muitas em relação ao número de servidores.

O Instituto pactua com a opinião da auditoria quando afirma que as instituições já possuem conhecimento suficiente para superarem essas dificuldades, pois já lidam rotineiramente com esses procedimentos.”

Análise do Controle Interno

Em relação ao atraso na execução das atividades planejadas, a consultoria de apoio à gestão do projeto apontou, no seu quarto relatório trimestral, que tal situação deve-se parcialmente a um alto grau de complexidade de regras em procedimentos de aquisição de bens e contratações de obras e serviços. Por sua vez o ICMBio informou que o motivo de atraso na execução das atividades planejadas não é devido à complexidade de regras dos procedimentos de aquisição de bens e contratações, mas sim, em razão das demandas institucionais que são muitas em relação ao número de servidores.

Outra dificuldade apontada pela consultoria foi a complexidade institucional, ou seja, duas instituições executoras (SFB e ICMBio) com diferentes culturas de planejamento e execução, com distâncias consideráveis entre as sedes do Projeto, em Brasília, e suas pontas nas áreas de abrangência do Projeto. Além disso, a consultoria relata que na concepção e na prática estabelecida nos dois primeiros anos da existência do Projeto, a sinergia, entre os componentes encontrava-se ainda pouco desenvolvida.

Não obstante as dificuldades apontadas pela consultoria e pelo ICMBio, é importante ressaltar que foi firmado um compromisso com o KfW de realizar as atividades planejadas, de forma que as unidades executoras precisam superar as dificuldades encontradas e buscar soluções para alavancar a execução do Projeto.

Além disso, as duas instituições executoras já lidam rotineiramente com a realização de licitações e com o fato de muitas atividades serem executadas na ponta, distante da sede, portanto, já possuem conhecimento suficiente para superarem essas dificuldades.

Recomendações:

Recomendação 1: Que a Coordenação do Projeto (Comitê Estratégico, Coordenação Executiva e Unidades de Execução), juntamente com a consultoria de apoio à gestão, realize uma avaliação para identificação dos problemas existentes, suas causas e a definição de um plano de ação que permita ao projeto alavancar sua execução e, dessa forma, atingir seus objetivos tempestivamente.

1.1.2 Avaliação de Controles Internos

1.1.2.1 INFORMAÇÃO

Os controles internos do Projeto precisam ser aperfeiçoados.

Fato

Neste item procurou-se avaliar se os controles internos adotados pelo projeto são adequados no que se refere aos aspectos relacionados ao ambiente de controle, à avaliação de riscos, aos procedimentos de controle, à informação e comunicação e ao monitoramento.

Conforme já relatado, a execução do Projeto é de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Serviço Florestal Brasileiro – SFB e do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

A coordenação do projeto conta com um comitê estratégico, uma coordenação executiva, além das unidades de execução no SFB e no ICMBio. A composição inicial da coordenação do Projeto foi publicada no D.O.U. nº. 137, de 18/07/2013. Entretanto, recentemente, por meio da Portaria nº. 77, de 18 de março de 2016, publicada no D.O.U., do dia 21 de março de 2016, houve alteração na composição da coordenação do Projeto.

A composição e as atividades previstas pela coordenação do projeto estão detalhadas no quadro abaixo:

Quadro – Composição e atribuições da Coordenação do Projeto

1 – Comitê Estratégico: 2 servidores do SFB; 2 servidores do ICMBio; e 1 servidor da SECEX MMA.
<u>Atribuições:</u> <ul style="list-style-type: none">— Direcionamento estratégico— Aprovação de relatórios de progresso e planos anuais, e— Articulação com outros órgãos e programas federais e estaduais, no interesse do Projeto.
2 – Coordenação Executiva: Coordenador Executivo, Representantes do SFB, Representante do ICMBio e 2 Coordenadores das Unidades de Execução.
<u>Atribuições:</u> <ul style="list-style-type: none">✓ Coordenar o Projeto✓ Elaborar planos anuais✓ Preparar relatórios de progresso✓ Monitorar sistematicamente o desempenho e os impactos do Projeto✓ Consolidar as informações financeiras <p>Cabe também à Coordenação Executiva a relação com o KfW para as solicitações de desembolso.</p>
3 – Unidades de Execução de Projeto no SFB e ICMBio
<u>Atribuições:</u> <ul style="list-style-type: none">✓ Planejar, coordenar e executar as atividades do Projeto;✓ Preparar e acompanhar consultorias técnicas;✓ Preparar a aquisição de produtos e serviços;✓ Implementar o monitoramento e acompanhamento do Programa;✓ Acompanhar, coordenar e administrar a execução financeira e preparar relatórios financeiros; e✓ Coordenar os recursos humanos envolvidos na execução e implementação das atividades do Projeto.

Fonte: Acordo em Separado

Em decorrência de nossos exames, verificou-se que a coordenação do projeto, no que se refere principalmente às instâncias decisórias, não está adequadamente estruturada para o desempenho das atividades previstas no Acordo de Doação.

No que concerne ao comitê estratégico, constatou-se que três dos cinco postos previstos ficaram sem representantes no período de outubro de 2015 até 18 de março de 2016. Além disso, o Projeto ficou sem coordenador executivo de agosto de 2015 até 18 de março de 2016.

Além da ausência do coordenador executivo, em quase metade do exercício de 2015, e da precariedade do comitê estratégico, na nova composição apenas um integrante do SFB permaneceu no posto. Tal situação não só prejudicou a execução das atividades em 2015, como também fragiliza a continuidade das ações para os próximos exercícios. Por exemplo, em função dessa situação, até o momento o POA/2016 ainda não foi aprovado.

Quanto à força de trabalho nas unidades de execução o ICMBio informou que em 2015 contou com uma equipe de quatro funcionários (um analista ambiental, dois técnicos administrativos e um terceirizado) alocados exclusivamente para execução do Projeto. De acordo com aquele Instituto, a equipe é suficiente para execução das atividades e metas previstas no acordo em separado.

Nesse aspecto o SFB informou o número de funcionário por unidade de execução, conforme demonstra o quadro a seguir:

QUADRO – FORÇA DE TRABALHO SFB

UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDORES
Diretoria de Administração e Finanças	12 (1 DAS, 8 servidores permanentes, 3 servidores temporários)
Componente 3	10 servidores do quadro permanente
Componente 4	7 (6 servidores permanente e um temporário)
Componente 5	6 (1 DAS, 3 servidores permanentes, 2 temporário)
UR BR 163	8 servidores permanentes (4 durante 8 h semanais, 3 durante 4 horas semanais e 1 durante 1 h por semana)
UR Purus Madeira	2 servidores permanentes
Unidade de Coordenação do Projeto	2 (1 servidor permanente e 1 servidor temporário)

Fonte: Nota informativa nº 01/2016 - GEPLAN

De acordo com o SFB, a força de trabalho só não é suficiente na unidade de coordenação do Projeto e na Diretoria de Administração e Finanças, em função de que nessas unidades os servidores envolvidos também desempenham outras atividades além daquelas pertinentes ao projeto.

No que se refere à existência de rotina de identificação de riscos que possam impactar os resultados do Projeto, o ICMBio informou que a rotina utilizada naquele órgão é de monitorar as ações que envolvem o projeto desde a origem até a conclusão, identificando os riscos e medidas para minimizá-los. A unidade citou alguns riscos identificados e as medidas adotadas.

Não obstante o informado pelo ICMBio verifica-se, em função dos baixos resultados alcançados, que essas rotinas precisam ser aperfeiçoadas, de forma a identificar eventos que possam impactar os objetivos previstos (riscos) e com isso definir o tratamento adequado a esses riscos. Essa situação ainda é mais crítica no SFB, onde a execução até o momento só alcançou 2,5% do previsto.

Em relação à comunicação foi reforçado no relatório da empresa de consultoria de apoio à gestão, que a comunicação interna, tanto em nível central entre as unidade executoras e entre

os componentes, como entre Brasília e a ponta (na área de abrangência do projeto), deve ser melhorada significativamente, para se obter um “espírito de equipe” dentro do projeto e estabelecer uma sinergia construtiva entre seus pares. Nas reuniões realizadas entre a equipe de auditoria e as unidades executoras, e também pela leitura das atas das reuniões do Comitê Estratégico percebe-se claramente essa ausência de sinergia.

Além disso, verificou-se fragilidades nos procedimentos de controle no que se refere à ausência até o momento do Manual Operativo, e a ausência do registro no SIAFI dos valores pagos diretamente pelo KfW à empresa de consultoria de apoio à gestão, conforme relatado no item 1.1.2.2 deste relatório.

Em relação ao Manual Operativo é importante ressaltar que esse documento tem por finalidade estabelecer rotinas e fluxos de autorização, de licitação, de prestação de contas e de pagamento, e, portanto, é fundamental para execução do projeto, pois vai permitir uma padronização dos procedimentos nas duas unidades executoras.

Finalmente quanto ao monitoramento das atividades do Projeto percebe-se que é um componente do controle interno passível de aprimoramentos. Além dos relatórios de progresso que não foram entregues ao KfW, alguns indicadores não foram avaliados e ainda estão sendo discutidos como é o caso do indicador referente a redução do desmatamento.

1.1.2.2 CONSTATAÇÃO

Ausência de registro contábil no SIAFI dos valores pagos diretamente pelo KfW para consultoria de apoio à gestão do Projeto.

Fato

Em relação à contratação da empresa de consultoria de apoio à gestão o Anexo 6 do Acordo de Doação prevê que os pagamentos sejam feitos na Modalidade Desembolso Direto, ou seja, o pagamento é feito diretamente pelo Banco, sem trânsito pela Conta Especial.

De acordo com o artigo 6º do Decreto 8.456, de 22 de maio de 2015: *“Fica vedado, no âmbito dos projetos financiados com recursos de organismos multilaterais, agências governamentais estrangeiras, organização supranacional ou qualquer outra organização internacional ou órgão governamental estrangeiro, o pagamento ao fornecedor de bem ou serviço, mediante saque direto no exterior, devendo ser executadas todas as movimentações financeiras por meio do SIAFI, na forma regulamentada pelo Ministério da Fazenda.”*

O § 1º preconiza que: *“Poderá ser admitido, em caráter excepcional e desde que autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que as despesas realizadas fora do País, financiadas por contribuições financeiras não reembolsáveis, sejam pagas no exterior diretamente pelos credores externos referidos no caput.”*

Em atenção ao que preconiza o artigo 6º citado foi solicitado à unidade que informasse se houve autorização da STN para realização desses pagamentos.

Foi solicitado também que a unidade informasse se as movimentações financeiras referentes a esses pagamentos estão sendo registradas no SIAFI, conforme estabelece o § 2º do citado artigo.

Em atenção aos questionamentos, a Unidade encaminhou por meio da Nota Informativa nº 01/2016/GEPLAN/SFB, o Ofício nº 61/2013/NUPEX/COFIN/SUPOF/STN/MF-DF, de 14 de agosto de 2013, no qual a STN autoriza o projeto, a partir daquela data, realizar saques diretos no exterior para pagamento de despesas referentes à contratação de consultoria desde que obedecidas algumas instruções, entre elas o registro no Siafi.

Em relação ao registro no Siafi, a unidade informou que está em processo de regularização e que para isso estão em tratativa com a STN. O projeto informou, também, que logo que a pendência for sanada o fato será comunicado a esta CGU.

Diante da manifestação da unidade verifica-se que até o momento as faturas pagas à consultoria de apoio à gestão não foram lançadas no Siafi.

Causa

Desconhecimento da sistemática a ser utilizada.

Manifestação da Unidade Examinada

Após o encaminhamento do Relatório Preliminar, a unidade apresentou as seguintes informações:

“As orientações já foram transmitidas pela STN por e-mail, ver anexo, e em reunião presencial realizada. Em decorrência destas orientações algumas ações foram adotadas, são elas: solicitação de suplementação orçamentária para registro dos pagamentos no SIAFI, cópia em anexo. Também foi encaminhado ao Banco ofício, cópia em anexo, solicitando que futuros pagamentos realizados diretamente pelo KfW referente a serviços executados pela consultoria contratada pelo projeto sejam precedidos de manifestação dessa Coordenação, dando aceite e autorização de pagamento da fatura. Por fim, informamos que logo que a regularização contábil esteja concluída informaremos o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle para conhecimento e acompanhamento.”

Análise do Controle Interno

Considerando que a unidade já solicitou as orientações junto à STN, aguarda-se a regularização no Siafi.

Recomendações:

Recomendação 1: Proceder à contabilização no Siafi das faturas pagas à empresa de consultoria de apoio à gestão.

1.1.3 Avaliação e Monitoramento Externo

1.1.3.1 INFORMAÇÃO

Não houve atuação de agentes externos ao projeto no exercício examinado.

Fato



Em consulta ao site do Tribunal de Contas da União (TCU), no dia 20 de abril de 2016, não se constatou a existência de determinações ou recomendações expedidas ao projeto durante o exercício objeto de nossos exames.

Em relação ao monitoramento do doador (KfW), a unidade informou, por meio do Ofício n.º 02/2016/DCM/SFB/MMA, de 18 de março de 2016, que não houve, em 2015, reunião do KfW caracterizada como missão e que ocorreram apenas reuniões informais, que não tiveram a necessidade de registro em ata.

Além disso, a Unidade informou também, por meio do Ofício n.º 104/2016/GAB/SFB/MMA, que não houve recomendação da SEAIN para o Projeto.

Diante do exposto não foi constatado a existência de recomendações ou orientações pendentes de implementação por parte da agência executora do projeto no exercício examinado.

1.1.4 Cumprimento de Cláusulas Contratuais

1.1.4.1 INFORMAÇÃO

Cumprimento de cláusulas contratuais com ressalva.

Fato

No que se refere às cláusulas de caráter contábil-financeiro-gerencial previstas no Acordo de Doação, verificou-se o descumprimento dos seguintes itens:

- Item I - Modificação da concepção do Projeto, subitem 4, conforme registrado no item 1.1.8.2 deste relatório;
- Item IV - Apresentação de relatórios e outros regulamentos, subitem 1.1, conforme registrado no item 1.1.1.2 deste relatório.

Além disso, em relação ao item 3 – Aquisição de bens e demais serviços, subitens 3.1, 3.5 e 3.7, considerando que o projeto está executando de forma diferente da prevista deverá ser solicitada a anuência do KfW, conforme relatado no item 1.1.8.1 deste relatório.

1.1.5 Comprov. de Gastos junto ao Agente Financeiro

1.1.5.1 INFORMAÇÃO

Os pedidos de desembolso não estão totalmente adequados.

Fato

Analisou-se as solicitações de desembolso n.º 01, 02, 03 e 04, nos valores de € 49.989,45, € 20.798,83, € 134.343,65 e € 284.818,60, respectivamente, apresentadas ao Banco durante o exercício objeto de nossos exames, e, por amostragem, de forma integrada aos respectivos processos de aquisição e pagamento, as despesas neles informadas, sendo constatado que essas despesas:

- i) estavam apoiadas em documentação original comprobatória;
- ii) são elegíveis para alocação ao projeto, com exceção do valor de € 71.422,32, que foi considerado inelegível para o Banco (item 1.1.5.2 deste relatório); e,

iii) foram aplicadas em atendimento exclusivo às finalidades do projeto, com exceção do relatado nos itens 1.1.6.1 e 1.1.8.2 deste relatório.

Foram verificadas também algumas impropriedades nos valores das SOEs que estão registradas no item 1.1.10.1 deste relatório.

1.1.5.2 INFORMAÇÃO

Despesa considerada inelegível pelo KfW no valor de 71.422,32 euros.

Fato

Em análise ao 4º relatório trimestral de consultoria externa, a equipe de consultoria de apoio à gestão informou que no componente 2.4, executado pelo ICMBio, houve a contratação de empresa para construção da Sede Administrativa de Itaituba antes da não objeção do Banco. Em função dessa situação o ICMBio foi orientado a solicitar a não objeção “a posteriori”.

Sobre o assunto foi solicitado ao ICMBio que informasse se o Banco deu a não objeção “a posteriori”. Em caso positivo que encaminhasse o referido documento e em caso negativo que encaminhasse as possíveis soluções a serem utilizadas pelo ICMBio no que se refere ao pagamento já efetuado e em relação aos demais pagamentos.

O ICMBio apresentou as seguintes informações:

“A UEP-ICMBio encaminhou o pedido de não objeção para construção da sede administrativa do ICMBio em Itaituba-PA, conforme ofício nº 72/2014 – Projetos Especiais, datado 06/06/2014. Após reiteradas solicitações para manifestação do pedido em aberto, por telefone, email e reuniões, foi realizada uma reunião específica sobre o assunto entre a direção do ICMBio e o Banco e este orientou que fosse encaminhado outro pedido de não objeção, só que a posteriori, visto que a obra já tinha sido contratada e solicitou que no pedido constasse o apoio total para execução da obra e não parcialmente como previsto anteriormente, pois o ICMBio tinha disponibilizado um valor de R\$515.000,00 de contrapartida financeira para obra.

Contudo a manifestação do doador ocorreu somente após o ofício nº 113/2015 datado em 23/12/2015 e apresentação da prestação de contas com a glosa da despesa, referente ao primeiro pagamento da obra. Conforme e-mail datado em 18 de março de 2016 em que o banco dá a objeção à construção, em anexo.

Quanto ao pagamento efetuado, o mesmo foi liquidado com recurso próprio do ICMBio. Com relação aos demais pagamentos está em análise a possibilidade de serem pagos com recursos extra orçamentários ou na impossibilidade destes, serem assumidos com recursos orçamentários.”

De acordo com e-mail do KfW, do dia 18 de março de 2016, a licitação, da forma como foi realizada pelo ICMBio não seguiu as regras e procedimentos do Acordo em separado, por isso foi declarada a objeção do Banco à solicitação.



Embora se verifique que houve uma demora do KfW para responder o pedido de não objeção, o ICMBio não poderia ter contratado a empresa sem a resposta do KfW, tendo em vista que no caso da objeção do Banco, como foi o caso, o ICMBio terá assumido uma despesa sem ter a garantia do recurso para reembolsar a Secretaria Nacional do Tesouro - STN.

1.1.6 CONTROLES PATRIMONIAIS

1.1.6.1 INFORMAÇÃO

Controles patrimoniais adequados.

Fato

No exercício examinado somente houve a aquisição de bens pelo ICMBio. Foram adquiridos, por aquele Instituto, dois veículos L 200 para utilização nas Flonas de Bom Futuro e Purus.

Em análise ao processo referente à contratação dos veículos verificou-se que os dois veículos foram recebidos na Coordenação Regional em Porto Velho em 26 de outubro de 2015. Entretanto, a unidade apresentou apenas o Termo de Transferência do veículo referente à Flona de Bom Futuro.

Segundo o ICMBio até o momento apenas o veículo da Flona Bom Futuro foi entregue ao destinatário. Quanto ao veículo da Flona Purus, a unidade informou, por meio do Ofício nº 31/2016 – DIPLAN/ICMBio, que ele ainda se encontra no pátio da Coordenação Regional, aguardando ser retirado pelos dirigentes da Flona e que o Termo de Transferência só poderá ser emitido após o ateste de recebimento do bem pelo efetivo destinatário.

Diante do exposto, conclui-se que até o momento apenas um dos veículos adquiridos está sendo utilizado na finalidade prevista no Projeto, já que o outro veículo ainda não foi entregue ao destinatário.

1.1.7 Gerenciamento dos deslocamentos

1.1.7.1 INFORMAÇÃO

Conformidade dos gastos com diárias.

Fato

Em relação à amostra analisada (Processo de concessão de diárias e passagens - SCDPs n.º 1718/15, n.º 1738/15, n.º 1732/15 e n.º 1706/15), verificou-se que os objetivos das viagens estavam relacionados com as atividades previstas no Projeto, entretanto, constatou-se que os relatórios de viagens apresentados não contêm informações que comprovam a participação dos beneficiários nos eventos (atas e certificados) e nem tampouco apresentam informações detalhadas sobre a efetiva contribuição da viagem para o atingimento das metas propostas no Projeto.

Verificou-se ainda que os valores e os critérios de concessão estavam de acordo com a legislação nacional aplicável (Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006).

Em relação ao pagamento de diárias e passagens para servidores é preciso alertar que o KfW financiou excepcionalmente esse tipo de gasto em 2015 (conforme carta do KfW de 22, de abril de 2015), entretanto, a partir de 2016 o Banco informou que eles devem ser feitos com recursos de contrapartida.

1.1.8 Contratação de Pessoas Jurídicas

1.1.8.1 INFORMAÇÃO

Impropriedades verificadas nos processos de aquisição de bens e serviços.

Fato

No intuito de avaliar os processos de aquisição e pagamento de bens e serviços realizados pelo Projeto, no exercício examinado, os seguintes processos foram analisados:

- Processo nº 02070.003131/2013-73, referente à licitação realizada pelo ICMBio, na modalidade pregão, cujo objeto foi a contratação de empresa especializada na prestação de serviços topográficos;
- Processo nº 02209.001152/2014-22, referente à licitação realizada pelo SFB, na modalidade pregão, cujo objeto foi a contratação de pessoa jurídica para elaboração de estudo sobre mercado e modelo de gestão para um centro de silvicultura;
- Processo nº 02196.000009/2015-91, referente à licitação realizada pelo ICMBio, na modalidade shopping, para apoiar a disponibilização de recursos para a realização da Reunião de Posse do Conselho Consultivo da FLONA do Bom Futuro.
- Processo nº 02070.002398/2015-13, referente à adesão a ata de registro de preços pelo ICMBio, para aquisição de 35 veículos, tipo Pick-up, a fim de atender às demandas de todo o Instituto. Nesse caso o projeto apenas demandou, da licitação que já estava sendo realizada pelo ICMBio, a aquisição de dois veículos para o projeto.

Na análise dos processos citados verificou-se que os pagamentos realizados estavam respaldados por documentação de suporte válida (nota fiscal atestada) e que as aquisições realizadas contribuem efetivamente para o alcance dos objetivos pactuados, com exceção da contratação de pessoa jurídica para elaboração de estudo sobre mercado e modelo de gestão para um centro de silvicultura, que foi contratado em local fora de abrangência do projeto, conforme apontamento registrado no item 1.1.8.2 deste relatório.

Em relação à observância às diretrizes do Banco e da legislação nacional aplicável, verificou-se que o SFB está utilizando apenas as modalidades de licitação previstas na legislação nacional enquanto que o ICMBio está utilizando a modalidade “shopping”, modalidade internacional, não prevista na lei 8.666/90.

Segundo o Acordo de Doação (subitem 3.1), as aquisições de bens e serviços deverão ser contratadas mediante licitação pública: (i) em conformidade com a legislação brasileira; e (ii) subsidiariamente, de acordo com as “Normas para a contratação de bens e serviços na Cooperação Financeira Oficial com países em desenvolvimento” (anexo 5).

Por sua vez o artigo 42 da Lei nº 8666/90, preconiza no seu § 5º que: *“Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na*

respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior. ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))”

Diante do que prevê o Acordo de Doação e o § 5º do artigo 42 da Lei nº 8666/90, considera-se que o projeto deve utilizar como regra a legislação brasileira.

Além disso, na análise dos processos nº 02209.001152/2014-22 e nº 02070.003131/2013-73, constatou-se a ausência da apresentação da declaração de compromisso exigida no subitem 3.5 do Acordo em Separado. Em relação ao assunto, tanto o ICMBio quanto o SFB informaram que a referida Declaração não foi solicitada porque no âmbito do pregão já existe uma declaração que é apresentada pela empresa participante (Declaração de Elaboração Independente da Proposta) de conteúdo semelhante a que é exigida pelo KfW.

Na análise da Declaração de Elaboração Independente da Proposta verifica-se que o seu conteúdo é bem semelhante ao da Declaração de Compromisso, entretanto observa-se que a primeira declaração não contém todas as informações solicitadas na segunda, como por exemplo, em relação à observância as normas fundamentais de trabalho. Dessa forma é importante que se tenha a concordância do KfW sobre o assunto.

Por fim não foi encontrado nos processos nº 02070.003131/2013-73 e nº 02209.001152/2014-22 a anuência do banco antes da assinatura dos referidos contratos, conforme prevê o subitem 3.7 do Acordo em Separado para os contratos acima de 100.000 euros.

Em atenção a esse apontamento, o SFB informou que o processo licitatório de contratação de pessoa jurídica para elaboração de estudo sobre mercado e modelo de gestão para um centro de silvicultura recebeu não objeção do Banco KfW e que a referida contratação constava previamente no POA/2014, o qual também recebeu não objeção do Banco, conforme cópias anexas.

O ICMBio informou que solicitou por e-mail no dia 29 de agosto de 2014 a não objeção para contratação de serviço de pessoa jurídica (em anexo) o qual a UEP encaminhou o edital, termo de referência e minuta do contrato e que em 27 de outubro de 2014 foi dada por email (em anexo) a não objeção pelo doador da contratação.

Sobre o assunto é importante reforçar que o Acordo de Doação prevê que, nas aquisições acima de 100.000 euros, a não objeção do KfW tem que ser feita em dois momentos, antes da publicação do edital e da assinatura do contrato. Além disso, conforme alertado pelo próprio KfW, no documento, do dia 28 de abril de 2015, que deu a não objeção ao POA, POG e PAC, tais anuências devem ser feitas de forma individual, ou seja, a aprovação do POA não exime os executores de solicitarem a não objeção do Banco antes da assinatura do contrato.

1.1.8.2 CONSTATAÇÃO

Contratação de empresa para atuar em local fora da abrangência do projeto.

Fato

Trata-se da análise do processo nº 02209.001152/2014-22, referente à contratação de pessoa jurídica para elaboração de estudo sobre mercado e modelo de gestão para um centro de silvicultura.

A referida contratação faz parte do componente 4, que trata da difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas. Para esse componente estava previsto no item 4.1 do Acordo em Separado que: *“Antes do início das atividades seria elaborado um estudo de viabilidade para o Centro de Difusão da Silvicultura com Espécies Nativas, o qual serviria de base para definição das atividades do componente.”*

Segundo a Nota de Requisição nº 05/2013/GEINF/SFB/MMA, de 11 de junho de 2013, que solicitou a citada contratação, o objeto seria a contratação de serviços de pessoa jurídica, para elaboração de estudo sobre mercado e modelo de gestão para um Centro de Difusão de Silvicultura de Essências Nativas, **com ênfase no município de Paragominas/Pará** (grifo nosso).

Após a realização do pregão, foi contratada empresa, no valor de R\$ 359.399,69, para realizar os seguintes produtos:

- Produto 1: Relatório com descrição metodológica do estudo, propostas de questionários, instituições e público a ser entrevistado, além do cronograma para cada etapa.
- Produto 2: Relatório Parcial contendo o resultado da análise técnica, institucional e econômica como subsídio para a implantação do Centro de espécies nativas na região de Paragominas/PA.
- Produto 3: Relatório Final contendo proposta de modelo de gestão e operação de um centro de silvicultura de espécies nativas, para atuação com ênfase no município de Paragominas/Pará.

Logo após a entrega e a aprovação do segundo produto, consta no processo cópia da não objeção do banco ao Termo de Referência pertinente à contratação do estudo.

Consta em seguida cópia de e-mail, do dia 10 de dezembro de 2014, encaminhado pelo Coordenador do Projeto, para o Diretor de Pesquisas e Informação e para a fiscal do contrato, enviando em anexo um documento do KfW questionando sobre o fato de que a construção do Centro de Silvicultura estaria fora da região de abrangência do projeto.

De acordo com o documento do KfW, datado do dia 24 de novembro de 2014, não foi expressamente mencionado, no pedido de não objeção, que o SFB pretendia construir o Centro de Silvicultura a centenas de quilômetros da área focal do projeto. O Banco solicita então a remediação daquela decisão no sentido de procurar outro local que ficasse na área de abrangência principal do projeto, perto da BR-163. Além disso, o Banco reforça o fato de que nesses casos o SFB necessita sublinhar divergências no pedido de não objeção.

Após o questionamento do Banco constam vários documentos no processo em relação a quais seriam as providências a serem adotadas quanto ao assunto.

No documento intitulado “Justificativa para sua construção em Paragominas – PA”, preparado para ser encaminhado ao KfW, o Diretor de Pesquisas e Informação menciona que a decisão de construir o centro na região leste do Pará, mais precisamente no Município de Paragominas, foi tomada pelo Conselho Diretor do Serviço Florestal em reunião realizada em 2013. Entretanto, não consta no processo, o documento que comprova essa informação.

Em discussão (reunião) sobre esse documento intitulado “Justificativa para sua construção em Paragominas – PA”, o Comitê Estratégico sugeriu o refinamento da justificativa ao KfW em relação à alteração da localidade do Centro de Silvicultura para Paragominas, reforçando os argumentos dos arranjos institucionais e enfatizando os possíveis vínculos do Centro em Paragominas com o Centro de Capacitação em Manejo Florestal (componente 3) e com as regiões da BR-163 e de Purus Madeira.

Nessa reunião houve questionamentos dos executores do ICMBio no sentido de justificar por que havia demanda quando foi elaborado o projeto do Centro de Silvicultura para a região do Projeto e por que está sendo cogitada a mudança de região por causa da falta de demanda nas localidades negociadas anteriormente. Tal situação demonstra que não havia um consenso entre os representantes do Comitê Estratégico sobre a vantagem de alterar a localidade do Centro de Silvicultura da região de abrangência do Projeto para Paragominas/PA.

Em outro e-mail encaminhado ao Diretor, no dia 04 de março de 2015, o Gerente Executivo de Informações Florestais – GEIF, encaminha o posicionamento da fiscal do contrato em relação a decisão do Diretor de que seria melhor construir o centro em Paragominas: *“Discordo, como já adiantei em e-mail anterior..., em fazer um estudo de como o Centro em Paragominas impactará a região da BR- 163. Entendo que, diante da carta ao Banco de “remediação” da decisão de deslocamento do Centro para Paragominas e da discordância institucional do SFB em construir o Centro na BR-163, o objetivo do aditivo deveria ser diferente. Apesar da decisão do SFB se basear na tradição silvicultural de Paragominas e na realidade extrativista da BR-163, onde um centro de silvicultura não faria sentido, entendo que o aditivo deva conter a situação em que nos encontramos em relação ao Banco e propor um estudo comparativo entre as duas regiões, para que uma decisão, baseada na sustentabilidade do Centro e no atendimento aos objetivos do projeto original, sejam tomadas. Assim, teríamos uma argumentação melhor fundamentada, já que não temos nenhum histórico de registro da decisão do SFB.”*

Nesse mesmo sentido consta no processo, logo a seguir, outro documento (e-mail) na qual a fiscal do contrato destacou que conforme vem relatando não consegue enxergar justificativas técnicas que sustentem a manutenção do Centro em Paragominas em detrimento da BR-163 e que o fato de Paragominas ser um bom local não desqualifica o anteriormente escolhido. A fiscal ressaltou ainda que não tinha memória daqueles que argumentaram o deslocamento para Paragominas com o Banco ou nenhum documento sobre arranjos institucionais do SFB com as instituições da região.

O SFB encaminha então ao KfW, no dia 08 de abril de 2015, a Nota Técnica sem número/2015/DPI/SFB/MMA, de 31/03/2015, contextualizando a escolha da região de Paragominas e informando que a atuação poderá ser expandida para as áreas de abrangência do Projeto, com atividades na região da BR-163 e na região de Purus-Madeira.

Após análise, o Banco enviou e-mail ao Projeto, no dia 08 de maio de 2015, solicitando as seguintes informações: *Onde exatamente o Centro vai ser construído? Como é a situação em relação ao proprietário do terreno e qual é o prazo de desapropriação? Qual é a expectativa do uso do centro depois que o projeto tiver sido concluído? Têm filiais do ICMBIO e perto da área de construção? Quais são as desvantagens de construir o centro dentro da área do projeto? Gostaríamos de entender a mudança do local de construção do Centro de Espécies Nativas. Por que o local de sua construção foi alterado (antes seria construído na área do projeto e agora há solicitação de construí-lo em outro local). Por que não é mais favorável essa construção na área anteriormente proposta? Sendo que não faz mais sentido construir o centro na área do projeto, como os resultados da construção dessa estrutura poderiam ser*

utilizados no âmbito do projeto? O Componente I e III tem também construções previstas. Quais as razões para não combinar o Centro de Espécies Nativas com as outras construções?

Não consta no processo a resposta do Projeto ao KfW em relação aos referidos questionamentos.

O processo então foi encaminhado, no dia 26 de maio de 2015, pela fiscal do contrato, à Assessoria Jurídica - AJUR, para orientações em relação à proposta de realizar um termo aditivo ao contrato, com o objetivo de fazer um estudo para subsidiar o Centro de Silvicultura na região da BR-163 ou Purus-Madeira, nos moldes do que foi realizado em Paragominas.

A resposta da AJUR foi no sentido de que seria possível a alteração do município, por meio de termo aditivo, desde que o impacto não ultrapasse os 25% do valor inicial atualizado do contrato. Aquela assessoria alertou, entretanto, para o fato de que ao escolher um município fora da área de abrangência do projeto acordado com o KfW a setorial técnica cometeu um grave equívoco com potencial lesão ao erário. Foi orientado, pela AJUR, que a Administração avaliasse se era necessário instaurar um processo de apuração de responsabilidade.

Após questionamentos do Diretor Geral do SFB aos demais diretores envolvidos na contratação, que alegaram não haver qualquer possibilidade de lesão ao erário, o Diretor Geral, encaminhou documento, do dia 29 de junho de 2015, determinando a adoção de providências para a aditivação do contrato.

Em função da proximidade do término da vigência do contrato, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao contrato prorrogando por mais 12 meses.

Então em dezembro de 2015, o processo foi realocado da Diretoria de Pesquisa e Informações para a Diretoria de Fomento e Inclusão.

Após a troca de diversos expedientes entre o Projeto e a empresa contratada ficou acertado que seria acrescentado um produto 2 A, referente à análise da situação atual da Silvicultura no Distrito Florestal da BR – 163, no valor de R\$ 90.783,06 e ainda seria acrescentado o valor de R\$ 11.806,09, referente ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Até a análise final do processo pela equipe de auditoria, ou seja, abril de 2016, o referido termo aditivo ainda não havia sido assinado.

Após a análise do referido processo foram feitos questionamentos ao Projeto, os quais serão relatados abaixo, seguidos da manifestação da unidade (Ofício 95/2016/GAB/SFB/MMA, de 15 de abril de 2016) sobre cada assunto.

- a) Encaminhar ata ou outro documento que esteja registrado a informação de que a decisão de construir o centro na região leste do Pará, mais precisamente no Município de Paragominas, foi tomada pelo Conselho Diretor do Serviço Florestal em reunião realizada em 2013, conforme relatado no Documento “Justificativa para sua construção em Paragominas – PA”.

“As discussões sobre os centros previstos no projeto KfW aconteceram em mais de uma ocasião em reuniões do Conselho Diretor (CD). Contudo, sempre foram discussões até então informais sobre como se poderia conduzir a implementação dos dois centros previstos e também sobre a gestão do projeto como um todo. Como o direcionamento sobre o tema Silvicultura já estava previsto no projeto, foi solicitado à DPI que apresentasse ao Conselho

Diretor uma visão de escopo para um centro de silvicultura no âmbito do Serviço Florestal, para subsidiar as decisões sobre o projeto. Isto foi feito na reunião do dia 5 de julho de 2012, conforme ata apresentada em anexo. Nesta reunião o Diretor da DPI fez uma apresentação sobre o que poderia vir a ser um centro de silvicultura, com foco nas atividades típicas fundamentais e na necessidade de parcerias institucionais. Um dos aspectos levantados na discussão foram as características regionais consideradas mais favoráveis para o desenvolvimento da atividade de silvicultura, tendo em vista o contexto da região Amazônia. Neste aspecto, a região leste do Pará, em especial de Paragominas, foi discutida e identificada como a mais apropriada para a construção de um centro ou núcleo de Silvicultura, conforme apontado no documento mencionado acima (fl. 706 a 709). A decisão registrada na ata do dia 5/7/2012, entretanto, foi a de que uma visita deveria ser feita em Paragominas para identificar instituições e possíveis parceiros a serem envolvidos na futura iniciativa sobre silvicultura. Naquele dia, o CD referiu-se informalmente a tal iniciativa como Núcleo - ProNativas.

Na mesma reunião discutiu-se também sobre o outro centro previsto no Projeto KFW, que teria foco em manejo e extensão florestal, a ser construído em Santarém, tendo sido registrado na ata a necessidade de se fazer uma visita à Universidade Federal de Viçosa em busca de experiências exitosas no tema Extensão Florestal. “

- b) Informar se na concepção do projeto havia demanda para a construção do Centro de Silvicultura na região de abrangência do Projeto. Em caso positivo, esclarecer o fato de que posteriormente consta a informação de que não teria demanda naquela localidade. Em caso negativo justificar.

“Na concepção do projeto KFW (-2007) havia a previsão da construção de um centro de silvicultura na região de abrangência do projeto (BR-163). Na avaliação do Conselho Diretor (2012), entretanto, as condições regionais existentes no leste do Pará eram mais favoráveis para o estabelecimento de um centro dedicado à silvicultura na Amazônia. Paragominas despontava por experimentar uma mudança de município embargado, com altas taxas de desmatamento em anos anteriores, para um município "verde" e voltado para atividades florestais sustentáveis como a silvicultura, já apresentando também uma alta taxa de adesão ao cadastramento das propriedades rurais. Basicamente avaliou-se que na região de Paragominas havia um ambiente propício ao desenvolvimento da silvicultura, por já possuir um pólo de indústrias florestais instalado e que vinha sendo crescentemente estruturado e aparelhado para consumir madeira oriunda de florestas plantadas.

Além disso, a área potencialmente disponível para a implantação de novas florestas, sem novos desmatamentos, era expressiva para comportar uma política de fomento ao plantio de florestas (silvicultura) e havia um ambiente institucional adequado, com instituições de ensino e pesquisa na área. É importante ressaltar que as discussões no âmbito do CD foram sempre predominantemente técnicas, considerando as necessidades da região amazônica como um todo e não apenas a área de abrangência do projeto. Na região da BR-163, por outro lado, aonde o Serviço Florestal vem atuando desde a sua criação, as indústrias existentes eram voltadas ao processamento de madeira oriunda do manejo de florestas naturais, assim como a área disponível e com potencial para plantio de florestas (sem novos desmatamentos) era menor. A região amazônica como um todo é carente de centros de pesquisa e informação para o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis, inclusive a silvicultura. Entretanto, o termo "demanda" deve ser entendido no contexto de uma região que já possuía outros elementos essenciais para o desenvolvimento da silvicultura, em que a existência de um centro viria a contribuir com pesquisas e informação sobre o tema. Este tipo análise é que resultou na preferência do CD pelo leste do Pará e na solicitação da não-

objeção do KfW para a realização de um estudo para a obtenção de informações sobre a região de Paragominas, com vistas à construção de um centro de silvicultura com ênfase em espécies nativas. Foi somente a partir da não objeção do banco que a realização do estudo prosseguiu.”

- c) Informar se houve a aceitação do Banco em reembolsar o valor dos dois produtos já apresentados pela empresa, ou se quando o Banco fez o reembolso ainda não tinha conhecimento de que o local da contratação estava fora da abrangência do Projeto.

“Não consta manifestação contrária do Banco KfW aos reembolsos das despesas referentes aos produtos 1 e 2 do contrato com a empresa STCP Engenharia de Projetos LTDA. A despesa referente ao 1º produto consta da Solicitação de Desembolso 01/2014, item 03, e foi reembolsada em 14/11/2014. A despesa referente ao produto 02 consta da Solicitação de Desembolso 01/2015, item 01, e foi reembolsada em 18/02/2016, cópias do extrato da conta do projeto e das solicitações de desembolsos em anexo.”

- d) Encaminhar a resposta à carta enviada pelo KfW, no dia 08 de maio. Caso não tenha sido enviado, solicito justificar.

“A resposta à carta não foi enviada, pois o Serviço Florestal preferiu acatar a recomendação do KfW, tomando providências no sentido de construir o centro na área de abrangência do projeto. É importante ressaltar que após o recebimento da referida carta ocorreram reuniões entre as partes, quando o assunto foi discutido e ficou acordado que o Serviço Florestal faria o levantamento de informações também na BR-163, com vistas à modelagem do centro com foco na silvicultura de espécies nativas naquela região.”

- e) Informar se o Banco deu a não objeção ao termo aditivo e qual a situação atual do contrato.

“No dia 10 de dezembro de 2015, a Coordenação do Projeto encaminhou ao Banco Financiador o Ofício nº 14/2015/DCM/SFB/MMA, solicitando a Não Objeção para assinatura de Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº04/2014 de 27/08/2014, com o objetivo de reequilíbrio financeiro e acréscimo do Produto 2-A. O Ofício supracitado encontra-se anexo a essa Nota Técnica.

A minuta do Segundo Termo Aditivo foi elaborada após a emissão da Declaração de Disponibilidade Orçamentária e Parecer da AJUR-SFB (fls. 943 à 946), no dia 6 de abril de 2016. O Segundo Termo Aditivo que tem como objeto o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e aditivo de valor para ajuste metodológico de execução, revisão e adaptação do produto 2, para adequá-lo à região de Santarém-PA e elaboração do produto 3 (modelo de gestão do Centro de Silvicultura) para a região de abrangência do Projeto (BR 163 em Santarém-PA), bem como.

Até a emissão da presente Nota Técnica o Banco Financiador não havia encaminhado nenhum documento em resposta ao Ofício nº 14/2015/DCM/SFB/MMA. Sendo assim, o aditamento do Contrato nº04/2014 está aguardando a deliberação do Banco Financiador quanto à Não Objeção à readequação do Segundo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 04/2014 para elaboração e adaptação do Produto 2: Relatório Final contendo o resultado da análise técnica, institucional e econômica como subsídio para implantação do Centro de Espécies Nativas em Paragominas-PA para o Produto 2-A: Relatório Final contendo o resultado da análise técnica, institucional e econômica como subsídio para implantação do

Centro de Espécies Nativas em Santarém-PA, quando a partir de então será realizado o Produto 3 readequado à região de Santarém-PA, conforme solicitação do financiador.”

Conforme se verifica da manifestação da unidade, foi discutida, em reuniões do Conselho Diretor, a possibilidade e as vantagens do centro de silvicultura ser construído em Paragominas, entretanto, não se visualiza na resposta do gestor e nem na ata da reunião do Conselho Diretor, encaminhada em anexo, a discussão sobre o fato de Paragominas estar fora da abrangência do Projeto.

Tanto o Acordo em Separado, quanto o Contrato de Execução Financeira são muito claros no sentido de que o local de abrangência do projeto é a BR-163 e a região Purus-Madeira. Uma decisão tão importante quanto a de alterar o local do Centro de Silvicultura não poderia ter sido tomada sem uma discussão com o doador no sentido de apresentar as justificativas e as vantagens advindas dessa alteração.

Além disso, embora a unidade apresente as inúmeras vantagens da construção do centro de silvicultura em Paragominas, essa possibilidade não foi cogitada no momento da concepção do projeto.

É importante ressaltar que as modificações do projeto estão previstas no item 4.1 e 4.2 do Acordo em Separado e podem ser realizadas desde que sejam aprovadas pelo KfW.

Em função da decisão de contratar uma empresa para atuar em local fora da abrangência prevista no Acordo, a solução proposta pelo projeto foi aditivar o contrato, aumentando o valor em R\$ 102.589,15 (R\$ 90.783,06 - acréscimo de um novo produto e R\$ 11.806,09 - restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro), dessa forma caso os produtos já contratados e pagos referente ao município de Paragominas não sejam utilizados poderá haver prejuízos ao erário.

Causa

Decisão do Conselho Diretor sem anuência do KfW.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar, a unidade apresentou as seguintes informações, por meio da NOTA INFORMATIVA nº 02 /2016/GECAF/SFB/MMA:

“Conforme estabelecido nos documentos que constituem o acordo em separado assinado para a execução do Projeto "Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia" (BMZ 2003 66 658) estão previstos a implantação de centros na região da BR 163, com o objetivo de difundir prática de silvicultura de espécies nativas e de realizar capacitação em manejo florestal, no âmbito dos componentes 3 e 4.

Desde dezembro de 2015, esses dois componentes encontram-se sob a coordenação da Diretoria de Fomento e Inclusão (DFI), a qual estabeleceu como estratégia de implementação dos componentes uma análise integrada da viabilidade de ambos centros (de difusão em silvicultura e em capacitação em manejo).

Esta estratégia consta: (a) da conclusão do produto 2-A e do produto 3 referente ao centro de silvicultura na região da BR163, (b) da realização de estudos sobre modelo de gestão e mercado do centro de capacitação em manejo florestal, e (c) da realização de uma análise

integrada dos estudos contratados em ambos componentes, para definir um modelo de gestão dos centros que favoreça sinergias, complementariedade e integração entre eles.

Esta análise integrada é prevista no âmbito da contratação de uma consultoria internacional a ser realizada com recursos do Componente 3, cujo termo de referência encontra-se em elaboração (anexo I desta nota informativa), e envolve as equipes técnicas da DFI que atuam tanto na área de silvicultura, como na área de capacitação para o manejo florestal. Além disto, a abordagem integrada de ambos centros é expressamente citada Plano de Operativo Anual 2016 do projeto (anexo II desta nota informativa), nas atividades 3.2.1 e 4.2.1.

A viabilidade de implantação do centro de silvicultura e respectivo modelo de gestão encontra respaldo também nas demais atividades em andamento na Diretoria, cujo planejamento operacional inclui o fomento a atividades de recuperação de áreas degradadas, no âmbito da implementação do Programa Mais Ambiente Brasil (Artigo 13, do Decreto 8.235, de 5 de maio de 2014.), bem como o plano orçamentário "Expansão da Silvicultura com Espécies Nativas e de Sistemas Agroflorestais", presente nas atividades do SFB constante na Lei Orçamentária 2016 (anexo III desta nota informativa).

As informações descritas acima demonstram que a instalação de um centro de difusão de silvicultura de espécies nativas na região da BR 163 é uma contribuição importante às ações institucionais e orçamentárias do Serviço Florestal Brasileiro no tema de recuperação de áreas desflorestadas, e que sua viabilidade será analisada de forma criteriosa e integrada com centro de treinamento em manejo florestal, no âmbito das ações dos Componente 3 e 4, conforme consta no POA 2016.

Um Centro de Difusão em Silvicultura da região da BR 163 justifica-se também: (a) pela presença de um mercado madeireiro na região com potencial para absorver madeira advinda de plantios florestais em detrimento à madeira de origem ilegal, (b) pela existência de áreas desmatadas e degradadas as quais demandarão atividades de difusão e ao fomento da silvicultura, e (c) pela existência de plantios experimentais de espécies nativas realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com cerca de 30 anos de existência, e que podem ser utilizadas como áreas demonstrativas do Centro em questão."

Em relação ao aproveitamento dos produtos já entregues a unidade informou que:

"A proposta metodológica e as instituições mapeadas no Produto 1 serão utilizadas na elaboração dos produtos subsequentes do contrato (produto 2 e produto 3), em fase de assinatura do aditivo.

Quanto ao Produto 2A, observa-se que seu conteúdo subsidiará também o Centro de Difusão em Silvicultura na região da BR 163, dado que as entrevistas foram realizadas com instituições de atuação em todo o estado do Pará, e por vezes, em toda a Amazônia Legal; e os cenários delineados contemplam arranjos e contextos presentes também na região de abrangência do projeto.

Além disso, o Serviço Florestal Brasileiro é o lócus do Ministério do Meio Ambiente responsável por implementar a Lei Florestal 12.651, de 25 de maio de 2015 (conhecida como Novo Código Florestal), que prevê dentre outras providências, a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os Programas de Regularização Ambiental (PRAs).

Para apoiar, articular e integrar a implementação dos PRAs nos estados, o Ministério

do Meio Ambiente instituiu o Programa Mais Ambiente Brasil (artigo 13, do Decreto 8235, de 05 de maio de 2014), o qual deve ser composto de ações de educação ambiental, assistência técnica e extensão rural, produção e distribuição de mudas, e capacitação de gestores públicos.

A disponibilização de um estudo como o Produto 2 deve ser considerado como uma contribuição Serviço Florestal Brasileiro às ações do Governo do Estado do Pará, no âmbito dos esforços a serem empreendidos dentro do Programa Mais Ambiente Brasil.

Esse produto poderá contribuir, em especial, com as ações do Programa Municípios Verdes, que tem a região de Paragominas como uma de suas áreas prioritárias. As informações constantes no estudo serão utilizadas como insumos às ações de fomento à produção florestal, ao reflorestamento e a regularização ambiental previstas no programa, e que têm a silvicultura de espécies nativas um importante componente.

Desta forma, compreende-se que o estudo realizado na região de Paragominas, Pará, embora externo a área de abrangência do Projeto "Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia", será utilizado pelo Serviço Florestal Brasileiro e pelo Governo do Estado do Pará em suas estratégias de promoção da recuperação de áreas degradadas, e, portanto, não deve ser considerado como prejudicial ao erário."

Por fim a unidade informou também que as recomendações constantes no item 1.1.8.2 do Relatório Preliminar de Auditoria nº 201600012, podem ser atendidas dado que a análise da viabilidade do Centro de Difusão em Silvicultura de Espécies Nativas na região da BR163 será analisado de forma integrada e complementar ao centro de capacitação em manejo florestal em Santarém, Pará; assim como o estudo realizado no município de Paragominas subsidiará outras ações de fomento a silvicultura e a recuperação florestal, no âmbito das ações do Serviço Florestal Brasileiro e do Governo do Estado do Pará, naquela região.

Análise do Controle Interno

A unidade informou que será contratada consultoria para analisar a viabilidade dos componentes 3 (silvicultura) e 4 (capacitação para o manejo florestal). Informou ainda que aproveitará os produtos entregues, referente ao município de Paragominas, em ações no âmbito do Serviço Florestal Brasileiro. Entretanto, considerando que o KfW ainda não deu a "não objeção" ao termo aditivo ao contrato, considerando que ainda não houve a contratação da consultoria citada e principalmente considerando que o Plano de Ação em relação ao aproveitamento dos produtos de Paragominas ainda não foi encaminhado, mantém-se as recomendações do Relatório Preliminar.

Recomendações:

Recomendação 1: Que, após a entrega dos produtos, seja feito um estudo criterioso sobre a viabilidade da implantação do Centro de Silvicultura no local de abrangência do projeto.

Recomendação 2: Que, em relação aos estudos feitos em Paragominas/PA, a unidade informe de que forma aproveitará os produtos já entregues pela empresa contratada, apresentando um plano de ação, ou apure a responsabilidade pelos prejuízos causados ao erário.

1.1.9 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS

1.1.9.1 INFORMAÇÃO

Não houve processo de contratação de serviços de consultoria.

Fato

Não houve processos de seleção e contratação de consultores pelo projeto no exercício de 2015. Entretanto, foi solicitado o apoio de alguns consultores de curto prazo no âmbito do contrato firmado com a consultoria de apoio à gestão. De acordo com o Quarto Relatório Trimestral de Consultoria Externa, as seguintes atividades foram demandas aos consultores de curto prazo, no exercício examinado:

- Elaboração do Estudo da Linha Base do Projeto, em janeiro de 2015;
- Moderação do Workshop “Planejamento para a execução dos serviços de demarcação em dez Florestas Nacionais”, em março de 2015;
- Moderação do workshop e elaboração do plano de comunicação interna e externa do Projeto, em agosto de 2015; e
- Assessoramento a licitação dos contratos de demarcação de 10 Flonas, em setembro e novembro.

É importante ressaltar que apoio de consultores de curto prazo já está previsto no âmbito do contrato firmado para prestação de consultoria externa de apoio à gestão do projeto e não foi objeto de análise.

1.1.10 Demonstrações Financeiras

1.1.10.1 INFORMAÇÃO

Demonstrações Financeiras apresentadas conforme previsto no Acordo de Doação.

Fato

A execução do Projeto é realizada por meio de adiantamento de recursos por parte da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e, após o envio e aprovação da Prestação de Contas pelo KfW, é realizado reembolso na Conta Especial à disposição da STN/KfW.

No âmbito do projeto as demonstrações financeiras básicas se resumem a apresentação ao KfW das Solicitações de Desembolso Simplificado - SOEs e da Relação de Despesa referente a essas solicitações. As SOEs espelham os pagamentos efetuados no exercício, com exceção dos pagamentos realizados à consultoria de apoio à gestão, cuja contratação foi realizada na modalidade de desembolso direto, ou seja, sem trânsito pela Conta Especial, conforme previsto no Anexo 6 do Acordo em Separado.

Em 2015 foram encaminhadas ao Banco duas prestações de contas. A primeira foi encaminhada em 31 de julho de 2015, por meio do Ofício nº 79/2015/GEPLAN/SFB/MMA, no valor total de € 184.333,10 (SOE nº 001 e 003). A segunda, no valor de € 305.617,43 (SOE nº 002 e 004), foi encaminhada ao Banco em 29 de outubro de 2015, por meio do Ofício nº 83/2015/GEPLAN/SFB/MMA. De acordo com as SOEs apresentadas as aplicações do Projeto durante o exercício de 2015 montam o valor de € 489.950,52

Da análise das citadas Solicitações de Desembolso Simplificado tem-se as seguintes considerações a fazer:

- Que as despesas, constante da amostra, estão em conformidade com os componentes previstos no projeto e foram registradas no SIAFI;
- Na relação de despesa referente a SOE nº 02/2015 observou-se um erro na soma da coluna despesa total ocasionando uma diferença de € 15.798,89;
- Na SOE nº 004/2015 foi incluído o valor de € 71.422,32, considerado inelegível pelo KfW, conforme apontado no item 1.1.5.2 deste relatório.

Em relação à conversão da moeda, o Projeto utilizou, nas citadas SOEs, a taxa de câmbio do dia do pagamento da respectiva despesa. Entretanto, de acordo com e-mail do KfW do dia 05 de janeiro de 2016, os reembolsos devem ser feitos com base no câmbio atual do dia da transferência do reembolso, de maneira que ele considerou os valores em euros como fictícios.

Em função desse novo entendimento adotado pelo Banco foi recomendado ao projeto que nas próximas Solicitações de Desembolso apresente somente os valores dos gastos em reais.

O Projeto apresentou também a Nota Explicativa referente à Demonstração Financeira. A referida Nota apresenta a informação de que na SOE nº 002 foi constatado uma divergência na coluna “montante em reais” devido a uma duplicação no valor correspondente a R\$1.235,36, (€ 290,08). Em relação a essa divergência o projeto informou que o valor depositado a maior a conta do Tesouro Nacional € 290,08, será revisto na próxima prestação de contas pelo Serviço Florestal.

Em análise ao extrato da conta especial referente ao exercício de 2015, verificou-se que não houve reembolso do KfW nesse período. Os reembolsos referentes às SOEs encaminhadas em 2015 foram feitos apenas em fevereiro de 2016. Em relação aos reembolsos realizados verificou-se que os valores divergem das SOEs apresentadas em função da alteração da data da conversão para euro, que gerou diferenças nos valores apresentados em euros. Além disso, no caso do primeiro reembolso foi abatido o valor de € 28.698,07 referente a ajuste das SOEs nºs 001/2013 e 001/2014. E por fim, no caso das SOEs de 2015, foi abatido um valor de € 71.422,32, considerado inelegível pelo Banco. A tabela abaixo demonstra esses valores:

Tabela – Comparação SOE com valores reembolsados

SOEs	Valor solicitado	Valor considerado pelo KfW de acordo com a data da conversão	Ajustes	Valor reembolsado
1ª Prestação de Contas	€ 184.333,10	€ 149.385,02	€ 28.698,07	€ 120.686,95
2ª Prestação de Contas	€ 305.617,43	€ 305.644,59	€ 71.422,32	€ 234.222,27

Fonte: e-mail encaminhado pelo SFB em 28 de abril de 2016.

IV – CONCLUSÃO



Com base nos trabalhos de auditoria realizados, somos de opinião que são mantidos controles internos adequados para a implementação das atividades do Projeto, em seus aspectos substanciais, exceto no que se refere aos pontos pertinentes aos seguintes assuntos, que estão referenciados neste relatório:

- a) Avaliação dos Resultados: 1.1.1.2, 1.1.1.3;
- b) Avaliação dos Controles internos: 1.1.2.2; e
- c) Contratação de pessoa jurídica: 1.1.8.2.

Brasília/DF, 03 de junho de 2016.

Nome: LARISSA BARBOSA MEDEIROS COSTA

Cargo:

Assinatura:

Relatório supervisionado e aprovado por:

Cargo: Coordenador-Geral de Auditoria da Área do Meio Ambiente

Assinatura:

